



Cartilha para formação Secundarista

2^o Edição



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DO SOCIALISMO PROLETÁRIO

Índice

Prefácio 3

Apresentação 5

I Parte: Capitalismo, crise da educação e a luta pelo socialismo

O que é o capitalismo? 7

A juventude sob o capitalismo 9

*A crise da escola pública é reflexo da crise
do capitalismo* 10

*A fase imperialista do capitalismo:
mais violência e opressão* 14

*O imperialismo americano avança: ofensiva bélica
sobre os países pobres* 16

*O que são e para que servem os governos
e o parlamento?* 18

*As eleições são uma farsa, a única saída
é a organização dos explorados* 20

*A Revolução Russa de 1917 mostrou o caminho
a ser seguido: socialismo* 22

II Parte: Plataforma da Corrente Proletária Estudantil

O que é a corrente proletária estudantil. 25

<i>A escola vinculada à produção social</i>	26
<i>Por grêmios livres, democráticos e combativos</i>	29
<i>Por um movimento estudantil que se baseie na ação direta</i>	30
<i>Unidade operário-estudantil</i>	31
<i>Por uma entidade estadual de estudantes secundaristas que se apoie nas instâncias de base (congressos, conferências, plenárias)</i>	32
<i>Poder estudantil e assembleia escolar</i>	33
<i>Combater a superexploração e o desemprego jovem. Por lazer, esporte e cultura a todos!</i>	35

III Parte: Breve história do socialismo

<i>Movimento operário e revolução industrial: o desenvolvimento capitalista e a luta por sua superação</i>	37
<i>O socialismo anterior a Marx e Engels: a visão romântica da sociedade e a esperança de um novo mundo na ação das classes cultas</i>	41
<i>O socialismo científico de Marx e Engels: a exploração surge com as classes e terá fim com o desaparecimento delas no comunismo</i>	43
<i>O início do movimento socialista marxista: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores na revolução proletária</i>	50

Glossário	59
------------------------	----

Prefácio

Apresentamos com grande satisfação esta segunda edição da cartilha secundarista. Entre 2011, quando foi lançada, e agora, ele teve uma serventia enorme. Foi muito lida e debatida por nossos jovens militantes e simpatizantes em não poucas escolas. Houve, porém a necessidade de uma nova edição que a tornasse menos conjuntural e mais conceitual. Aproveitamos para corrigir alguns erros da edição anterior (históricos, teóricos e de língua) que havia em todas as suas três partes.

A cartilha tem se mostrado em todos estes anos uma ferramenta indispensável para a formação inicial dos secundaristas. Esperamos que com seu aperfeiçoamento ela continue a cumprir, de forma ainda melhor, seu papel.

R. S. - Julho de 2018

Apresentação

*'Dar um futuro à juventude
é dar um futuro ao mundo'*

(Conferência da juventude trotskista/ setembro de 1938)

A presente brochura foi redigida para fins de formação secundarista. Trata-se de um caderno para formação voltada para a juventude proletária, camponesa e pequeno burguesa, cada dia mais esmagadas pela interminável crise do capitalismo. Apesar de sua situação calamitosa, a juventude não tem conseguido reagir à decomposição da sociedade burguesa. Os horrores da barbárie social vão se impondo nas favelas, nas periferias e liquidando intelectual e fisicamente uma enorme parcela de jovens e estudantes. A nossa realidade atual apenas confirma aquilo que já dizia o socialismo científico: o capitalismo reserva o pior de si para a juventude pobre e oprimida. A tarefa de transformar-se numa força social ativa, organizada e combativa permanece vigente. Por isso, a Corrente Proletária Estudantil e o POR convidam a juventude oprimida do campo e da cidade a conhecerem seu programa e a lutarem organizados em suas fileiras contra o desemprego, a destruição da escola e todas as chagas do regime do capital. A juventude precisa desvencilhar-se da ideologia burguesa, da despolitização e da apatia, precisa guiar-se

pela perspectiva da revolução social, precisa agarrar-se à bandeira da IV Internacional!

Na trajetória para a emancipação da juventude, é imperiosa a denúncia mais implacável de toda a traição levada a efeito pelas direções reformistas e stalinistas à frente das organizações de massa como UNE e UBES. É exatamente com o fito de desmascarar estes impostores, que hoje dirigem as grandes organizações da juventude, que os jovens revolucionários devem tomar para si a orientação do velho Lênin, líder da Revolução Russa, de estudar com afinco as ideias de Marx e Engels. Formar a juventude na estratégia da revolução proletária! Romper o círculo de ferro da burguesia sobre a juventude com as armas do marxismo revolucionário! Eis as tarefas a que nos propomos com a edição deste pequeno folheto.

Rafael Souza, Fortaleza, 15 de dezembro de 2011

I Parte

Capitalismo, crise da educação e a luta pelo socialismo

O que é o capitalismo?

Nossa sociedade moderna é uma sociedade capitalista. O capitalismo é o sistema econômico baseado na propriedade privada sobre os meios de produção (terra, máquinas, fábricas, as indústrias diversas, as matérias primas, comércio, transportes etc). O objetivo principal na produção capitalista



não é satisfazer as necessidades da população (matar sua fome, dar habitação digna, vestuário, calçado, transporte, lazer etc), mas a busca pelo lucro. A produção é direcionada para o mercado, isto é, para os que podem pagar. O lucro só pode ser obtido se um grande burguês ou capitalista (empresário) monta uma empresa e passa a explorar o trabalho alheio, isto é, o trabalho de seus operários. A exploração dos trabalhadores, em todas as atividades econômicas, garante enormes lucros para os

burgueses. Eles, que não produzem a riqueza, ficam com uma montanha de dinheiro e aqueles que produzem toda a riqueza, os trabalhadores, ficam com um pequeno salário que mal dá para viver e manter a família. No capitalismo, a lei econômica fundamental é aquela que permite a acumulação de riqueza num polo (para uma pequena minoria) e a acumulação de pobreza no outro (para a imensa maioria). O capitalismo, portanto, é um sistema econômico, baseado na exploração do trabalho, na venda de mercadorias, no dinheiro, no lucro e no mercado.

As classes sociais na moderna sociedade capitalista são:

Burguesia: A classe dos proprietários dos meios de produção, que vivem do lucro e exploram o trabalho alheio, do proletariado.

A pequena burguesia: Na cidade são os médicos, advogados, professores, engenheiros, pequenos comerciantes, donos de pequenos negócios que vivem, no geral, de seu



próprio trabalho. Esta pequena burguesia das cidades é, muitas vezes, chamada de *classe média* e vive sob a pressão constante da grande burguesia. No campo, esta pequena burguesia recebe outro nome: são os **camponeses**; pequenos proprietários

de terra, que trabalham o solo com sua família e, em geral, vivem do próprio trabalho, dificilmente empregando alguém ou sendo empregado de outro.

Proletariado: A classe dos trabalhadores assalariados modernos, que por não terem nenhuma propriedade, por não serem donos de nada, nem de ferramentas de trabalho, nem de matérias primas são obrigados a vender a única coisa que possuem, a força



de trabalho em troca de um salário.

A juventude sob o capitalismo

O Capitalismo não pode oferecer nada de bom para a juventude. Desde cedo, não proporciona as condições para que sua família possa viver dignamente. A maioria da juventude vive na periferia, em favelas, cortiços, onde os pais, na maioria das vezes, estão desempregados, subempregados ou possuem um emprego sacrificante com baixíssimos salários. Por isso, muitos jovens, desde cedo, sentem-se obrigados a ajudar no sustento de casa e, assim, vão em busca de trabalho. A maioria, porém, não o encontra e permanece desocupada. A minoria que consegue uma ocupação (geralmente um 'bico', um serviço informal) tem de trabalhar muito em troca de uma migalha de salário. Muitos jovens estudantes acabam empurrados para fora da escola, devido a estas condições. Com isso, cresce a desintegração de uma ampla parcela da juventude que é empurrada para a 'marginalidade', passando a viver de pequenos furtos, de assaltos, da prostituição e da venda de drogas. As estatísticas comprovam que a maioria das mortes violentas e dos assassinatos nas periferias são de jovens. O capitalismo, além disso, impede que a juventude tenha acesso ao mundo da cultura e da arte em geral. Ele necessita que os jovens permaneçam brutalizados. Por isso, estimula sua alienação, sua despolitização e sua idiotização generalizada. O futebol, o consumo de bebidas e de drogas por menores e até as músicas erotizadas são fartamente empregados com este fim. O capitalismo também estimula o pacifismo da juventude e nisto pode contar com um poderoso aliado: a religiosidade, que prega que é preciso conformar-se com a pobreza e a exploração – ao invés de lutar contra elas neste mundo - e esperar por uma vida melhor no céu. A juventude pobre não pode esperar do capitalismo nem lazer, nem cultura, nem esporte, nem estudo. E quando adentram o mundo da criminalidade, devido à vida miserável e sem sentido que levam, o que o Estado capitalista lhes reserva é (ao invés de emprego e vida digna) violência policial, chacinas e prisões.

A crise da escola pública é reflexo da crise do capitalismo

A escola pública vive em completa crise. Não se trata de uma ou outra escola sem recurso, sem estrutura, com professores mal remunerados e com terrível nível de aprendizagem, mas sim de todo o sistema de ensino. A escola é uma instituição da sociedade, portanto, não está isolada do mundo. Se a sociedade apodrece (fome, desemprego, violência, drogas, corrupção) a escola apodrece junto com ela. Todos os vícios da sociedade em decomposição entram, inevitavelmente, em seu interior.

Para entender melhor essa crise, é preciso voltar um pouco no tempo e observar como surgiu a escola pública. A seguir, ficará mais fácil entender porque ela se desintegra nos dias de hoje. Nosso ponto de partida é o século XIX (deixaremos de lado as experiências de escolas públicas anteriores). Neste período, o capitalismo já existia e estava em plena expansão. Indústrias se espalhavam por todos os lugares. A agricultura progredia, assim como o comércio e os transportes. A burguesia europeia precisava de uma rede pública de ensino a fim de educar os operários e seus filhos com uma instrução elementar (simples), para que estes pudessem trabalhar nas suas fábricas, empresas e comércio. Esta instrução elementar do proletariado tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento econômico e para a realização dos lucros da burguesia. É fácil compreender a enorme importância que a educação tem para as indústrias e o comércio. Basta imaginar um operário que não consegue manusear uma máquina porque não sabe ler seu manual de instrução ou um vendedor numa loja de eletrônicos, que não sabe responder a um comprador, se um determinado produto foi importado ou não da China, porque desconhece esse país. O capitalismo moderno seria impossível se não instruisse minimamente seus trabalhadores, não é verdade? O objetivo era explorá-los de uma maneira nova para aumentar a produção e obter mais lucros. Para a burguesia, porém, esta rede não deveria ser acessível a todos, mas apenas a uma parcela

dos trabalhadores. Um dos grandes teóricos do capitalismo, um escocês chamado Adam Smith (1723-1790), dizia a este respeito que se era preciso dar educação aos trabalhadores era preciso, mais ainda, que o fosse em pequena quantidade e apenas em doses homeopáticas. Ele queria, com isso, que o proletariado não questionasse a sua situação de opressão nem o domínio da classe empresarial. As lutas dos trabalhadores, porém, especialmente a dos operários fabris e mineiros da Inglaterra, exigindo que todas as crianças e jovens (seus filhos) tivessem acesso ao ensino escolar, foi fundamental para que a burguesia alargasse esse sistema e o expandisse para além do pretendido inicialmente. Isso foi possível porque o regime burguês encontrava-se em ascensão econômica e vivia uma fase de grande expansão.

Se até agora explicamos como esta escola surgiu e como ela se expandiu (em certa medida contra a vontade de setores da burguesia), resta explicar, então, porque ela começou a desintegrar-se. Para entendê-lo, teremos que ver a grande transformação por-



que passou o capitalismo. O sistema capitalista de antes vivia em ascensão, em crescimento. O capitalismo de nosso tempo, ao contrário, vive em descenso, em decomposição. Ele encontra-se, hoje, numa terrível crise que começou a manifestar-se lá pelo início do século XX. E como consequência não consegue mais desenvolver as forças produtivas sociais (aumentar a industrialização, desenvolver países, aplicar a tecnologia para ampliar a riqueza etc); por isso não tem mais atualmente tanta necessidade, como antes, da escola. Se o sistema fabril não se expande mais, se regiões inteiras na América, África e Ásia não se industrializam mais (inclusive observam o fechamento de suas poucas

fábricas ou sua transferência para outros lugares, como a China) que serventia pode ter a escola e seu objetivo principal de ‘qualificar’ os trabalhadores? Instruí-los para não terem onde trabalhar parece algo sem sentido. E o normal seria que a burguesia começasse a reduzir bruscamente a imensa rede escolar, fechando escolas e demitindo professores. Porém, como tal medida provocaria a reação dos trabalhadores e dos setores da sociedade que dizem preocupar-se com a educação pública, a burguesia, que não é tola, opta pelo mais conveniente que é abandonar esta rede, largá-la de lado, deixá-la sem dinheiro, apodrecendo e se desintegrando.

Além disso, a burguesia não pode mais dar-se ao luxo de sustentar financeiramente esta extensa rede que cresceu, em certa medida, como uma concessão às lutas da pequena-burguesia e do proletariado. Quando essa concessão ocorreu seu regime marchava ‘de vento em popa’ desenvolvendo-se velozmente, mas hoje ele adentrou numa agonia mortal: as taxas de lucro caem, as crises se avolumam e os mercados se estreitam. E da mesma forma como o balonista em apuros que, precisando fazer sua nave subir, joga fora todo o sobrepeso, conservando apenas o essencial, a burguesia descarta tudo o que pesa no orçamento de seu Estado (educação, saúde, previdência etc) para manter seus ganhos e lucratividade. Um exemplo disso é que hoje, os estados, ante o dilema de investir em educação ou cortar gastos nesse setor para assegurar dinheiro em caixa e pagar seus devedores (os banqueiros), optam sempre pela segunda alternativa.

Dessa forma, os governos passam a tesoura nas verbas da educação. Como ficam as escolas? Não é difícil responder: começam a faltar recursos, a estrutura física começa a definhar (se destruir) e o salário dos professores/funcionários é rebaixado, sendo eles obrigados a fazer greve para manter suas conquistas. No Brasil, o censo escolar do Ministério da Educação (MEC) afirma que há centenas de escolas sem banheiros, outras onde falta energia elétrica e algumas até que nem acesso à água potável tem.

No Ceará, é comum escolas com salas de aula sem ventilador, com cadeiras quebradas, com pouco material didático (livros, pincéis, papel, canetas etc) com bibliotecas sem acervo adequado, sem máquinas copiadoras, birôs, material de limpeza, sem refeitórios (os alunos merendam dentro de sala), sem anfiteatro, auditórios, sala de vídeo e onde o acesso ao esporte é deficiente (quadras em estado precário, falta de material esportivo).

A escola, portanto, passa por um processo de desmonte. É encarada pelos governos como gastos que devem ser reduzidos. Por isso, no Brasil, os sucessivos governos, desde 1996 (Fernando Henrique/PSDB, Lula/PT, Dilma/PT e Temer/PMDB) impõem a chamada *reforma educacional*. Como o próprio nome diz, é uma reforma no ensino, mas para aprofundar toda essa situação que nós vimos acima. Um de seus fundamentos é a municipalização do ensino fundamental, assegurado em lei (LDB, Lei 9.394/96). As prefeituras ficam responsáveis pelo ensino de 1º a 9º ano, mas sem repasse de dinheiro correspondente (que precisa ser reservado para o pagamento de banqueiros e financistas). Com isso, os municípios do interior (em especial dos estados pobres, como Ceará, Piauí), que encontram-se em permanente estado de falência, ofertam um ensino ainda pior que a das capitais.

E a privatização do ensino? É mais um elemento da crise da escola. Privatizar é entregar o ensino para os empresários ganharem dinheiro com ele. Mas é bom lembrar que não se privatiza a escola pública como se privatiza uma empresa estatal, fazendo um leilão, por exemplo. Não, a coisa se passa de maneira bem diferente e acontece da seguinte forma: os empresários e donos de escolas particulares se interessam muito pela crise e desmonte da escola pública. Por que? Porque se a escola pública vai mal, isto força os pais de alunos que possuem uma renda um pouquinho melhor, a retirar os filhos de lá e pô-los numa escola particular, mesmo que tenham de cortar em casa despesas com alimentação, saúde e vestuário. Os maiores beneficiados com a falência do ensino público são, portanto, os burgue-

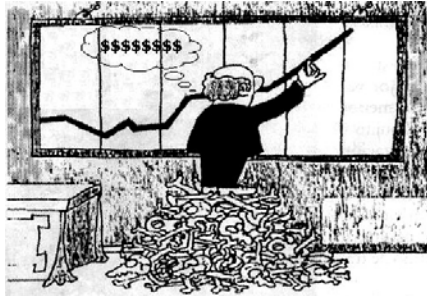
ses e empresários da educação. Isso é o que chamamos de privatização do ensino. Se, porém, na escola pública, as condições de ensino melhoram, em decorrência da pressão da comunidade escolar sobre os governos para que façam mais investimentos, os pais (com menor renda) tendem a retirar seus filhos da escola particular e matriculá-los, de novo, na pública, o que ocasiona diminuição dos lucros dos empresários. Por isso, estes burgueses, capitalistas do ensino, ao financiarem candidaturas e elegerem representantes nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, formam uma bancada parlamentar para impedir a aprovação de qualquer projeto de lei que beneficie a escola pública. É por isso que os estudantes, professores e demais trabalhadores não devem defender apenas **mais verbas** para a educação pública, devem lutar também pelo fim do ensino privado, para que haja um SISTEMA ÚNICO de ensino, que seja público e gratuito e onde todas as classes (ricos e pobres) o frequentem.

A fase imperialista do capitalismo: mais violência e opressão



A fase atual do capitalismo chama-se fase IMPERIALISTA ou MONOPOLISTA. Ela trouxe mais miséria, guerras e sofrimento. A expressão *imperialismo* deriva-se de outra chamada 'Império', e nos faz lembrar os antigos impérios coloniais britânico, espanhol e francês que viviam da exploração e saqueio dos povos mais fracos e pequenos estados. Esta expressão, porém, ganhou outro significado na nossa realidade atual. Ela representa a *fase última de desenvolvimento capitalista*. Antes, o capitalismo viveu sua fase LIBERAL ou CONCORRENCIAL, que era caracterizada pela presença de uma grande quantidade de pequenas empresas (de confecção, de calçados, de bebidas, entre

outras) que atuavam no mercado em meio à forte concorrência de umas contra as outras. Isso marcou o capitalismo nos séculos XVIII a XIX. Sabemos que na concorrência uma empresa luta contra as demais



pelo mercado. Quando uma ganha, outra perde. As empresas que sempre ganham se fortalecem e as que sempre perdem se enfraquecem e quebram. A empresa mais forte aumenta seu tamanho e começa a comprar as menores. Após algum tempo, onde antes havia inúmeras pequenas empresas, restam agora algumas poucas e diferente de quando começaram, elas alcançaram um tamanho enorme. Seu crescimento prosseguiu até que se tornassem monopólios e se reunissem num Cartel (associação empresarial) para dividir o mercado entre si. Assim, nasceu a fase monopolista do capitalismo. Estes grandes monopólios, são corporações empresariais gigantescas, são empresas internacionais (multinacionais) com sede, em geral, num país rico (imperialista) e presente em todas as regiões do globo. São exemplos de monopólios a Coca-cola, a Fiat, a Ford, a Volkswagen, a GM, a Nestlé, a Sony entre outras.

Além disso, outra mudança ocorreu no capitalismo com sua passagem à fase imperialista: paralelo ao comércio de mercadorias, veio desenvolvendo-se e ganhando extraordinário poder o comércio de capitais (dinheiro). Hoje esse comércio é mais importante até do que o de mercadorias. Os países, governos e instituições financeiras (bancos, corretoras, seguradoras) fazem transações de trilhões de dólares num piscar de olhos operando nas Bolsas de Valores. Bancos europeus e americanos emprestam dinheiro a governos e empresas de países atrasados, como Brasil, México, Peru e assim vai se fortalecendo o endividamento das nações atrasadas e sua submissão aos grandes financistas internacionais (grandes empresários que vivem da espe-

culação financeira). Instituições financeiras sediadas nos países ricos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) passam a ditar regras econômicas ou mesmo a definir a política econômica dos países pobres. Como resultado disso, aumentam as distâncias entre os países imperialistas (EUA, Japão, Alemanha, França etc) e os atrasados ou semicoloniais (Índia, Egito, Bolívia etc). Os lucros e rendimentos enviados pelas multinacionais e pelo capital financeiro, aos seus países de origem, geram recursos para que estes países imperialistas mantenham o padrão de vida de sua população superior ao dos países pobres (embora a pobreza, o desemprego crônico e a retirada de benefícios sociais tenham se acelerado nas últimas duas décadas, no interior dos próprios países ricos). Na África, América Latina e Ásia, o saque imperialista de suas riquezas, faz deteriorar ainda mais as já péssimas condições de vida e empurra as nações atrasadas para a barbárie social (guerra, subnutrição, epidemias).

O imperialismo americano avança: ofensiva bélica sobre os países pobres



O mais forte e rico entre todos os países imperialistas, os Estados Unidos, possui também o maior poderio militar do mundo: 5 mil ogivas nucleares, mísseis balísticos intercontinentais, submarinos nucleares, porta-aviões, aviões de caça, sa-

télites espíões etc. Todo esse arsenal de guerra existe para manter a supremacia norte-americana no planeta e exercer seu controle sobre a economia global. Os EUA, depois de vencerem a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) se intitularam os 'donos do mundo'. Nada de importante pode acontecer no planeta sem o seu aval. Nenhum tratado ou mudança na economia mundial pode ocorrer sem a sua permissão.

Não aceitam que qualquer país lhes faça oposição e chegaram a invadir vários deles como Panamá, Guatemala, Iraque, Afeganistão e Filipinas. Em outros, agiram indiretamente organizando golpes para a derrubada de governos que resistiam à sua dominação.



A burguesia dos EUA, porém, vem perdendo espaço nos últimos anos. O Japão e a Alemanha, que se reconstruíram depois da derrota na 2ª Guerra Mundial, lhes arrancaram uma fatia do mercado mundial. Em seguida, com a formação da União Europeia e a entrada em vigor do Euro (moeda concorrente do dólar), tiveram de recuar um pouco mais. Agora, com o recente avanço da China e sua rápida ascensão à condição de potência exportadora, sua situação no comércio mundial vai ficando, cada dia mais insuportável. A supremacia estadunidense vem, assim, diminuindo fortemente. Por isso, estão obrigados a reagir aumentando sua ofensiva bélica em todo o globo terrestre para recolonizar (dominar) países mais pobres e controlar suas fontes de matérias-primas. Seu objetivo é continuar ditando as regras da economia mundial. A invasão do Iraque, em 2003, e a do Afeganistão, em 2001, foram exemplos da dominação americana na estratégia região do Oriente Médio e Ásia Central, ricas em petróleo e gás natural. O cerco à Coreia no Norte, Cuba, Irã, a derrubada de Muamar Kadafi



na Líbia e a guerra civil na Síria estão estre as ações promovidas pelos EUA para se apossar de suas riquezas e seu mercado. Mas, não é só por meio das armas que os EUA procuram

dominar. O maior mercado mundial ainda é o deles (seu mercado consumidor interno é responsável pela absorção das importações da maioria dos países pobres e boa parte dos outros países ricos); e para enfrentar a China, o governo dos EUA tem usado do PROTECIONISMO comercial, isto é, tentado reduzir por meio de taxas e impostos a quantidade de mercadorias chinesas que entrem no país. Por meio do complexo mercado financeiro (empréstimos, investimentos, controle do dólar) procuram manter sua preponderância frente às demais potências e países atrasados. As disputas comerciais entre EUA, China, União Europeia e Japão tendem a se acirrar. A saída para os países pobres e os povos oprimidos é lutar pela revolução proletária internacional. Com o fim do capitalismo a dominação de um país sobre o outro (opressão nacional) será substituída pela cooperação para o livre desenvolvimento de toda humanidade.

O que são e para que servem os governos e o parlamento?

No capitalismo, os governos são comitês para o gerenciamento dos negócios comuns da burguesia. Isso significa que TODOS os governos, independente de qual seja o partido político burguês à frente deles, serve sempre aos ricos empresários e defende a propriedade privada. Portanto, em cada país os governos servem a seus capitalistas. Nos EUA, por exemplo, o governo estadunidense governa para a burguesia norte-americana; na França, o governo francês governa para os burgueses franceses e assim sucessivamente. No Brasil não é diferente. O governo brasileiro representa os interesses dos banqueiros e grandes empresários nacionais e estrangeiros. É um governo serviçal das multinacionais e do imperialismo. Sua campanha é sempre financiada pelos empresários (Itaú, Grendene, Bradesco, Gerdau, JBS) e deve governar para eles. Quando a crise econômica aperta, logo correm a socorro os capitalistas com o dinheiro arrecadado de impostos e contribuições (dinheiro do povo), quando não, com

a entrega dos recursos e empresas nacionais (petróleo do pré-sal, Petrobrás, Correios e Eletrobrás) por meio das privatizações. Quando os trabalhadores operários e camponeses, com suas manifestações e reivindicações, começam a ameaçar a ordem burguesa eles logo recorrem às leis, à polícia, aos tribunais e até as forças armadas para conter a revolta das massas famintas.

Os PARLAMENTARES (vereadores, deputados e senadores) também representam os interesses dos capitalistas nacionais e estrangeiros. Em geral, são eleitos com dinheiro do empresariado, da burguesia e, por conseguinte, só aprovam leis que beneficiem a classe dominante, votando contra todo e qualquer projeto de lei que fira os interesses de seus senhores e chefes. Além



dos governos e parlamentares, a JUSTIÇA também representa um poder burguês. Os juízes, desembargadores e magistrados em geral, que tem a função de interpretar as leis são, também, facilmente corrompidos com propinas de empresários, e mantém uma promíscua relação com estes (são sempre convidados para participarem de seus jantares, de suas luxuosas festas, casamentos). Dessa forma, não é de se espantar que só julguem questões em favor dos capitalistas e contra os trabalhadores. É preciso acrescentar ainda que a chamada imprensa livre não passa de um embuste (enganação). A grande imprensa (Jornais, Revistas, Sites, Emissoras de TV e Rádio,) pertence a poderosos grupos empresariais que também estão entre os grandes defensores da propriedade privada e da dominação da burguesia. A liberdade de imprensa, no capitalismo, é a liberdade de mentir e de enganar o povo, já dizia Lênin (1870-1924). Ela não tem nada de neutra, ao contrário, é absolutamente ideológica, distorce a realidade e faz propaganda do capitalismo.

Os partidos burgueses, inimigos do povo (PMDB, PSDB, PDT, DEM, PV, PSB etc) são os mais fiéis adversários dos trabalhadores e da juventude, são a chamada DIREITA. Partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), PC do B (Partido Comunista do Brasil) apodreceram e se corromperam passando para o lado dos inimigos dos explorados. Hoje, o PT e o PC do B administram governos e prefeituras à serviço dos ricos e arrastam o proletariado, camponeses e pequena burguesia para apoiá-los.

As eleições são uma farsa, a única saída é a organização dos explorados



O meio usado pela burguesia para se manter no poder são as eleições. Por meio das eleições derrotam todos os adversários e ficam livres para disputarem entre si quem usará e se enriquecerá mais com a máquina do Estado. O Estado é dominado por quadrilhas burguesas (gângues de empresários e políticos mafiosos) que usam à vontade os recursos e beneficiam os grupos econômicos mais poderosos. Por isso, a corrupção corre solta (mensalão do PT, mensalão do DEM, desvios da Petrobrás, Rodoanel etc). Nas eleições não vencem as melhores ideias, nem as melhores propostas, tudo é um grande circo. As eleições são um campo de disputa onde inexistente debate. Nas eleições vencem os que possuem dinheiro, compram votos, pagam campanhas milionárias. Em suma, vencem os candidatos apoiados pela burguesia. São eles que serão conduzidos para dirigirem as Câmaras de Vereadores, as Prefeituras, as Assembleias Legislativas e os governos estaduais.

As eleições, portanto, não mudam nada. Apenas a luta direta (mobilizações, greves, passeatas, bloqueios de rua e

avenida) pode fazer com que a classe burguesa recue no interesse de retirar direitos e atacar as condições de vida dos trabalhadores e jovens. Um salário digno para sustentar uma família de 4 pessoas, só será arrancado com a mobilização dos trabalhadores; uma escola pública que atenda aos anseios mínimos da juventude só será conquistada com a mobilização dos que estudam e trabalham; uma saúde pública que atenda às necessidades do povo pobre só será conseguida com a luta dos trabalhadores da saúde e usuários. As principais conquistas dos explorados, arrancadas ao longo da história, só o foram por meio da ação direta. No século XIX, a greve dos trabalhadores têxteis da Inglaterra impôs a redução da jornada de 14h para 10h. Nesse mesmo período, a greve dos mineiros no Reino Unido e França conseguiu a proibição do trabalho infantil e a construção de escolas para os filhos dos trabalhadores. No século XX, o movimento feminista, com seus protestos, assegurou a direito de voto às mulheres e a mobilização dos negros enterrou o *apartheid*¹ oficial nos EUA e África do Sul. No Brasil contemporâneo, as ocupações de terra do MST (movimento camponês organizado), possibilitaram que o governo brasileiro cedesse terra dos grandes fazendeiros (latifundiários) a milhares de trabalhadores rurais que não tinham onde viver e trabalhar. Em Fortaleza, a luta do movimento estudantil, nos anos 1980, enfrentando a Prefeitura, empresários de ônibus, polícia e imprensa, conseguiu impor a MEIA PASSAGEM e MEIA entrada nos cinemas, teatros e eventos culturais, suavizando as terríveis condições financeiras dos estudantes. Eis algumas conquistas arrancadas, na ação grevista e na luta direta ao longo dos tempos. Estas e muitas ou-



1 Odioso regime de segregação racial contra os negros, que era mantido por lei nos estados sulistas dos EUA e na África do Sul durante os anos 70 naquele e até 1994 neste último.

tras conquistas, como os direitos trabalhistas no Brasil, foram resultado de muitas lutas das gerações anteriores, que pagaram com prisões e até com a vida. Mas, tais lutas para triunfarem devem passar de lutas locais e regionais a nacionais. Além disso, para serem consequentes precisam ir até a raiz do problema, à origem de toda a opressão: o CAPITALISMO e a dominação da burguesia. Tais lutas só serão viáveis se apontarem para o caminho da destruição deste sistema de exploração e da defesa de novo sistema econômico, socialista, onde não haja explorados nem exploradores. Para que isso ocorra, será preciso uma enorme reorganização da sociedade, com o estabelecimento de uma nova forma de produção e um novo regime de trabalho. Se queremos que esta sociedade livre se estabeleça é preciso que todas as riquezas nacionais sejam arrancadas das mãos da burguesia. As grandes indústrias, as fábricas, o comércio, as matérias primas, as grandes fazendas, as agroindústrias, as ferrovias, as invenções tecnológicas, enfim, tudo o que serve para produzir riqueza e bem-estar deve ser tirado das mãos dos empresários (expropriado) e definido como propriedade do Estado (estatizado). Devem ficar sob o controle dos trabalhadores, que saberão construir uma sociedade de elevada cultura, de abundante riqueza e liberta de todas as formas de opressão e obscurantismo. A burguesia não entregará de graça estes meios de produção, por isso o objetivo final na luta dos trabalhadores e juventude pobre (sua estratégia) deverá ser a da REVOLUÇÃO PROLETÁRIA.

A Revolução Russa de 1917 mostrou o caminho a ser seguido: socialismo

A Revolução Russa de 1917 foi a primeira experiência prática de tomada do poder pelo proletariado em um país, liderada pelo Partido Bolchevique de Lênin e Trotsky (1879-1940). A Revolução de Outubro criou a URSS, que se tornou a segunda potência econômica e militar do planeta, desenvolveu a educação, saúde, habitação a um grau nunca antes visto. Estabeleceu o pleno emprego (ou seja, o fim



do desemprego) incentivou a arte, a cultura, a literatura e os esportes. A pobreza foi eliminada e junto dela o analfabetismo. Mas, as potências capitalistas e o imperialismo norte-americano fizeram de tudo para enganar os trabalhadores de todo o mundo sobre o que se passou na Revolução Russa. Tentaram isolar a URSS buscando destruí-la. Não conseguiram derrotá-la, mas conseguiram degenerar e corromper seu governo. Formou-se uma burocracia de Estado, dirigida, a princípio, por Josef Stálin (1879-1953) que perseguiu os trabalhadores, abandonou a luta pela revolução mundial e décadas depois, levou a União Soviética de volta ao capitalismo (desmembramento e dissolução da URSS em 1991). Em outras revoluções como a Chinesa (1949) e a Cubana (1959) os trabalhadores expropriaram a burguesia para tentar construir uma sociedade socialista, mas também foram duramente atacados pelos imperialistas e hoje recuam a olhos vistos. Apesar disso, os trabalhadores e a juventude oprimida não tem outra saída: ou lutam pela derrubada do capitalismo ou o capitalismo levará a humanidade para a destruição (guerras, fome, violência, epidemias, desemprego, analfabetismo, desastres ambientais). Por isso é preciso se organizar desde já nos locais de trabalho e estudo. Os trabalhadores devem erguer seus sindicatos onde eles ainda não existem. Onde já existem devem fortalecê-los. Os estudantes devem formar seus GRÊMIOS livres e combativos; grêmios politizados em oposição aos grêmios festivos (que só se preocupam em organizar festas, torneios, e estão sempre subordinados à direção da escola).



Mas, além de organizarem-se em suas entidades (Grêmios, Sindicatos, Associações) os estudantes e os trabalhadores devem também se organizar no PARTIDO REVOLUCIONÁRIO. Sem o partido, que é um organismo que congrega a camada mais combativa dos trabalhadores e estudantes, isto é, sua parte mais politizada, nós não teremos chance alguma. Sem o partido revolucionário, os sindicatos e grêmios não terão como derrotar os inimigos de classe, a burguesia. A burguesia está organizada em vários partidos (PSDB, DEM, PMDB e muitos outros) tudo para melhor dominar o Estado e a sociedade. É não apenas natural, como absolutamente inadiável, que a classe operária, os camponeses, a classe média, e a juventude pobre façam o mesmo. Que o proletariado e a juventude comecem lutando hoje pelas reivindicações econômicas (terra, emprego, moradia, salário digno) para mostrar ao conjunto dos trabalhadores e do povo os limites deste sistema e assim preparar o futuro caminho para a tomada do poder.

II Parte

Plataforma da Corrente Proletária Estudantil

O que é a corrente proletária estudantil

A Corrente Proletária Estudantil é uma organização da juventude revolucionária impulsionada pelo Partido Operário Revolucionário (POR), aberta a todos os jovens explorados proletários, camponeses e da pequena burguesia arruinada. Sua missão é levar à juventude oprimida as ideias revolucionárias e arrancá-la do pacifismo, da despolitização e do imobilismo. Seu objetivo é construir uma direção combativa e de luta para o movimento estudantil, desmascarar as direções reformistas e governistas, à frente de Grêmios e entidades nacionais como União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE), ambas dirigidas por PC do B e PT, que levam a juventude a aceitar a sociedade de classe e a dominação da burguesia. Sua meta é lutar por grêmios livres e independentes, lutar para que as entidades estudantis travem um combate organizado e unificado, com os demais explorados, pelo fim do capitalismo e em defesa do socialismo. A corrente proletária estudantil organiza-se em plenárias e reuniões de seus membros, lança boletins, jor-

nais e prepara cursos de formação política para os jovens oprimidos. Apoiava e participava de todas as manifestações de luta dos trabalhadores contra os governos burgueses, inimigos do povo.

A escola vinculada à produção social

A escola que temos, a escola burguesa, é livresca e anticientífica. Aprender na escola significa apenas memorizar e decorar os conteúdos repassados pelos professores e repeti-los nas provas e avaliações. Os professores acabam assumindo uma posição de donos do conhecimento e os alunos o de depósito onde este saber é inserido. A escola não cria teoria, não realiza pesquisa, mas apenas reproduz o conhecimento elaborado fora dela. Por isso dizemos que o ensino é mecânico, pois é repetitivo e memorístico. As crianças e jovens devem ter a função apenas de decorar os conteúdos que são repassados e assimilados de forma abstrata entre as quatro paredes da sala de aula.

Esta escola é expressão do domínio da burguesia, que separa teoria e prática. À burguesia cabe a teoria (administrar a economia e o Estado) e aos explorados a prática (trabalhar até o fim da vida para produzir riqueza e lucro para os capitalistas). Dessa forma, os filhos dos patrões terão uma educação particular, especial, para continuar a dominação de sua classe de origem (educação universitária, teórica e intelectual acompanhada de uma prática administrativa nas empresas de sua família e parentes). Assim, estarão se preparando para sua futura condição de grandes proprietários burgueses. Para os filhos dos trabalhadores, no sistema de ensino que lhes é permitido frequentar - a escola pública, sob controle da burguesia - o conteúdo ensinado nela tem a função, basicamente, de adestrá-los para o trabalho futuro nas fábricas e empresas da burguesia (ensino profissionalizante e de disciplinas básicas, matemática, português etc). Assim, estará a burguesia preparando-o para sua condição de operário e trabalhador assalariado.

Concluimos, portanto, que a exploração do operário

pelo patrão passa pela escola. Ela, portanto, reflete aquela dominação. Dessa forma, a libertação dos explorados só será possível quando acabarmos com essa odiosa divisão entre os que pensam e os que fazem (que é a base para a atual escola burguesa), e quando os que trabalham tornarem-se também os que administram extinguindo-se, assim, a classe dos burgueses parasitários.

Mas, como a luta pelo ensino pode ajudar nesta emancipação? A luta começa com a mobilização pelo direito à escola, que vem sendo destruída pelos governos. Os trabalhadores lutam hoje por escola e lutaram no passado por ela, contra a burguesia, mesmo sabendo que esta escola é uma escola burguesa. A escola burguesa é um dos poucos lugares onde os explorados tem acesso a uma cultura elementar (saber ler, escrever e contar). Mas o ensino atual, com seu baixo nível, desvinculado da prática, memorístico etc, serve mais à burguesia do que ao proletariado. Constitui muito mais um pilar de sustentação da ordem e ideologia capitalistas do que de

fonte de elevação cultural para os trabalhadores. Os explorados, por isso, ao mesmo tempo que lutam por escola, precisam saber lutar também contra a atual forma de ensino, que expressa a vontade da burguesia. Precisam defender que o ensino se apoie no princípio da unidade entre teoria e prática, isto é, que esteja **vinculado à produção social**. A luta por este ensino e por esta nova escola ajudará o proletariado e demais explorados a derrubar a dominação do capital. Mas, o que vem a ser, concretamente, esse ensino vinculado à produção social? Ele é, antes de tudo, um ensino que conjuga trabalho e educação. O objetivo da aprendizagem e do ensino é conhecer o mundo que nos cerca, a realidade social e a natureza. Mas não se pode conhecê-los efetivamente, a não ser pela prática transformadora que estimula a teoria. E pela teoria que foi efetivamente praticada. Todavia, tanto a prática (formas de trabalho, produção) quanto a teoria nos dias de hoje estão num grau muitíssimo elevado. O homem, na sociedade moderna, não mais transforma a natureza e se

relaciona com ela, de forma primitiva, como fizeram seus antepassados distantes, mas sim através de uma complexa e vasta cadeia produtiva. Basta pensar nas gigantescas instalações fabris, na robótica, nas fontes de energia sofisticadas, nos modernos meios de transporte de carga e mercadorias. Pois bem, esta prática e esta teoria sobre a vasta e moderna indústria só a burguesia as tem e não permite que os proletários e seus filhos as possuam. Só a burguesia pode ter uma visão de conjunto da produção econômica, afinal ela é a classe dominante; só ela administra as riquezas e decide onde, como e por que meios as produzir. O máximo a que pode permitir aos explorados conhecerem, deste imenso mecanismo, é uma minúscula parte; justamente aquela ligada ao trabalho deles. Dessa forma, podemos concluir que os explorados produzem tudo, mas não conhecem absolutamente nada.

O ensino vinculado à produção social se propõe a romper radicalmente com esta situação, fazendo o proletariado conhecer esse complicado mecanismo, por ele mesmo criado e, dessa forma, questionar a propriedade privada sobre os meios de produção. Se os explorados passam a ter o domínio técnico-teórico sobre o processo de produção nas fábricas, agroindústrias, usinas etc não apenas perceberão que a burguesia é uma classe prescindível (desnecessária) e supérflua, como estarão criando as condições para estabelecer o controle operário da produção (empresas co-administradas por trabalhadores) e para a expropriação dos capitalistas. Se isso acontecer a sociedade estará livre da exploração e os que trabalham passarão a ser também os que administram; a teoria e a prática, portanto, estarão, finalmente, interligadas. É por isso que o ensino vinculado à produção social tem por essência a *politecnia*, que é o estudo teórico e prático dos principais ramos da produção para possibilitar aos explorados conhecer o mundo criado por seu trabalho e dotá-los de uma visão de conjunto de sua atividade criadora, ou seja, do processo produtivo. Devemos lutar, portanto, para que ao lado das disciplinas intelectuais básicas os estudantes te-

nham disciplinas politécnicas sobre os principais ramos industriais. Esse ensino, como afirmamos, deve ser teórico e prático. Os filhos dos trabalhadores devem conhecer as grandes fábricas e comércios, as grandes jazidas e as atividades agropecuárias modernas. Devem abrir seus horizontes, perceber a exploração do trabalho e lutar contra o capitalismo e a deformação intelectual do trabalhador. Eis porque a escola vinculada à produção social é nociva à burguesia e esta a rejeita categoricamente. Ai encontra-se também a razão dela estar ligada à luta dos explorados pela revolução socialista.

Por grêmios livres, democráticos e combativos

Quando os estudantes iniciam a luta por suas reivindicações, começam a perceber que seu movimento precisa organizar-se. A organização combativa da juventude, em seu local de estudo, não é outra senão o grêmio estudantil. O grêmio é a entidade mais adequada para a luta organizada dos estudantes porque permite unir jovens de todas as séries/turnos, e direcioná-los para a ação. Todavia, sua construção não é tarefa fácil. No objetivo de formar seu grêmio os estudantes precisam, primeiro, resistir às pressões contrárias advindas dos núcleos gestores das escolas. É que estes, em geral, funcionam como correia de transmissão da política dos governos para o interior das escolas e não podem permitir que os estudantes se rebellem contra seus superiores nos altos escalões do Estado. Dessa forma, combatem a formação de grêmios livres e independentes. Bem como o próprio movimento estudantil revolucionário. No lugar de grêmios combativos e de luta, propõem grêmios festivos e despolitizados. Muitos destes são hoje impulsionados pelos governos, através da Secretaria de Educação para afastar a juventude escolar das ideias radicais e socialistas. Estes grêmios, dóceis e dependentes do núcleo gestor, estão mais aptos a defenderem o diretor de escola do que representarem os interesses dos estudantes de base. Seus integrantes não passam de meninos de recado do núcleo gestor. Assumem um papel similar ao

da burocracia dos sindicatos, com a diferença de que não possuem aparelho financeiro, pois dificilmente os grêmios tem como arrecadar dinheiro. Em oposição a estes grêmios 'governistas' que não servem pra nada, nossa tarefa consiste em criar, em cada escola, verdadeiros grêmios de luta, independentes e revolucionários. E nos bairros com várias escolas, uma rede de grêmios combativos e politizados que tenham por base a democracia estudantil. Só poderá haver grêmio independente e de luta se ele expressar as reivindicações da maioria dos jovens estudantes. Para isso está obrigado a chamar os estudantes a se organizarem em assembleias, congressos e reuniões plenárias. A maioria dos estudantes sofre com as condições precárias do ensino e do desemprego e querem encontrar um meio de reagir, querem lutar. Se eles não se politizam sua revolta se dispersará na forma de indisciplina, pichações e depredações. Quando o grêmio organiza o descontentamento e permite a livre manifestação dessa luta, ele representa de fato os estudantes e pode ser chamado verdadeiramente de grêmio combativo. Se, ao contrário, for um grêmio só de fachada e controlado pela direção jamais poderá expressar esse descontentamento e agirá como um bloqueio para a luta da juventude pobre.

Por um movimento estudantil que se baseie na ação direta

Os estudantes são parte da juventude que sofre na carne as mazelas do capitalismo apodrecido. Quando começam uma luta e ganham as ruas com algum protesto ou reivindicação, logo aparecem os agentes da burguesia no seio dos movimentos para dizer-lhes que a saída é votar neste ou naquele candidato. Dizem que ações de rua são importantes, mas que não devem perder de vista que a transformação social só virá com as eleições, a mudança das leis e a luta parlamentar. Dizem ainda que os jovens podem mudar o país com apenas um dedo, apertando o botão da urna e votando no candidato certo. Dizem que é possível confiar na justiça e recorrer a ela como uma das

principais armas na luta contra os planos e reformas educacionais dos governos.

A verdade é que a juventude pobre e oprimida, que não tem direito a nada, não pode recorrer aos órgãos do estado (justiça, etc) como a juventude burguesa o faz, porque estes órgãos só funcionam para defender os direitos dos ricos contra os pobres. Assim, só resta recorrer à própria ação direta de massas, isto é, a manifestações de rua, passeatas, bloqueios de avenida, ocupação de prédios públicos, paralisações de escolas etc. Estas são as armas que os operários usam e devem ser as nossas também. Dizemos que estes são os métodos dos explorados, porque eles são tipicamente utilizados por aqueles que nada possuem a não ser sua força numérica - infinitamente superior a dos exploradores. Isso não significa dizer que os estudantes, em sua luta, não possam recorrer à justiça ou intervir nas eleições; pelo contrário, eles o farão toda vez que acharem conveniente, mas nunca alimentarão ilusões de que são órgãos neutros, que podem legislar contra seus senhores e em favor dos escravos modernos, que somos nós. A intervenção na justiça e nas eleições, por isso mesmo, será algo sempre secundário. O principal método de luta permanecerá sendo a AÇÃO DIRETA DAS MASSAS.

A unidade operário-estudantil

Os estudantes conformam uma camada gigantesca de jovens, com uma força igualmente grande. Mas sozinhos ainda são fracos para derrotar seus verdadeiros inimigos, a burguesia (banqueiros, latifundiários, ricos empresários) e seu regime de escravidão assalariada, que conta com dinheiro, justiça, polícias e imprensa em seu favor. Terão de encontrar aliados para esta luta. E eles o encontrarão na única classe revolucionária existente: o proletariado. Juntos enfrentarão seu inimigo comum. A unidade operário-estudantil é o nome que damos para esta "aliança", que não é um capricho, mas, uma necessidade vital para fazer com que suas reivindicações avancem e suas lutas triunfem. Um exemplo simples: quando os estudantes lutam

contra os aumentos de passagem em Fortaleza, ocupando ruas e fazendo pressão sobre os empresários de ônibus, estão reagindo contra a inesgotável ganância dos donos das empresas, que superlotam ônibus e impõem uma tarifa cara para obter mais lucros. Mas, não são os únicos oprimidos por estes capitalistas do transporte coletivo e suas medidas. Também os trabalhadores rodoviários o são. Sofrem com salários de miséria e superexploração do trabalho, retirada de direitos e humilhações. Em relação aos estudantes, estes empresários são uma força muito poderosa de se enfrentar. Por isso, os estudantes precisam buscar o apoio dos trabalhadores rodoviários e, por sua vez, apoiá-los nas suas lutas salariais. Devem fundir suas reivindicações e suas lutas numa só. Fazer isso significa compreender que só a unidade dos setores explorados pelos empresários de ônibus é que possibilitará derrotá-los. Nossa palavra de ordem, portanto, precisa ser a de unir todos os explorados contra o inimigo comum! É dessa forma, ampliando as lutas para um quadro mais geral, que se desenvolvem as condições para a derrubada do regime do capital. Apenas por meio desta aliança poderá a juventude jogar um papel progressista e consequente no que se refere à luta anticapitalista.

Por uma entidade estadual de estudantes secundaristas que se apoie nas instâncias de base (congressos, conferências, plenárias)

A despeito de seu número, os estudantes carecem de força organizativa. Necessitam não apenas de uma rede combativa de grêmios livres como também de uma verdadeira entidade que sirva de união estudantil estadual. As antigas direções do movimento estudantil, ligadas ao PT e PC do B, trataram de nunca se preocupar com a formação política e a elevação da consciência de classe dos estudantes. Onde puderam, transformaram o movimento em disputas aparelhistas para a formação de burocracias estudantis descompromissadas com a luta e profundamente atreladas ao eleitoralismo. As entidades que hoje

campeiam por aí afora são herança desse passado e não passam de organizações empresariais que visam lucros com a venda de carteiras de estudantes. São exemplos delas: CESC, UCES e UNEFORT. Verdadeiras ‘máfias das carteirinhas’; não realizam congressos, não convocam plenárias e não organizam a luta dos estudantes, a não ser com fins eleitoreiros ou quando sua lucratividade é ameaçada pelos governos. Os ataques às condições de ensino e trabalho da maioria só aumentam e não há resposta à altura por parte dos estudantes, salvo algumas lutas pontuais em alguns lugares. A tarefa de construir uma entidade estadual secundarista está, portanto, na ordem do dia! Porém, a solução deste problema não virá através de medidas meramente administrativas ou organizativas como, por exemplo, a convocação de um congresso estadual artificial (sem apoio de base) ou qualquer plenária para a formalização de uma entidade (esta nova entidade, se assim fosse criada, nasceria fraca e sem legitimidade). Precisamos urgentemente de uma entidade estadual, mas ela virá somente por meio da luta articulada da juventude, da criação de uma vasta rede de grêmios politizados que fazendo renascer a consciência de classe dos jovens explorados expressem a real necessidade de unificar as lutas estudantis em um plano estadual.

Poder estudantil e assembleia escolar

Quando se fala de estudantes e democracia, logo nos vem à cabeça uma intrigante contradição presente no interior da vida escolar. Os jovens alunos constituem o setor numericamente mais expressivo, não obstante, são tratados passivamente, como um rebanho docilmente manipulado. Se por um lado, são os que mais se angustiam com a crise da escola, por outro são os que menos influência tem sobre ela. O que os distingue claramente no seio da comunidade escolar, é que são o setor que mais necessita da escola. É sabido que cada setor (professores, funcionários e estudantes) estabelece uma relação particular com a escola. Ou seja, cada um precisa dela de um jeito

diferente para sua satisfação. Os professores precisam da escola para trabalhar e receber seus salários. Mas este seu salário não deixará de ser pago se ela, por exemplo, fechar sua biblioteca ou interditar sua quadra esportiva. O mesmo se passa com os funcionários que mantêm um vínculo muito parecido com aquele dos professores. Os estudantes, ao contrário, são penalizados diretamente se a escola se decompõe física e culturalmente. A existência de um laboratório de informática ou refeitório é, com certeza, indiferente ao professor, no que diz respeito à sua relação principal com a escola (ensinar e manter seu ganho salarial). O mesmo não pode ser dito dos estudantes.

Mas, se assim são os vínculos de cada setor, algo de estranho e incomum acontece quanto o segmento que mais necessita da escola, como vimos, é o que menos controle tem sobre ela. Os destinos da escola, e isso não é segredo para ninguém, estão em primeiro lugar nas mãos da direção escolar e, muito secundariamente, nas mãos de professores e funcionários. Fica evidente, portanto, o problema da democracia escolar, isto é, o direito de que a maioria (os estudantes) tenha o real controle sobre o ensino, ao invés de uma minoria burocrática, distante e atrelada aos governos. Este direito, porém, só pode ser assegurado, efetivamente, por meio da soberania da ASSEMBLEIA ESCOLAR, que é a livre reunião da comunidade escolar para tomar em suas mãos os problemas existentes e aprovar soluções com caráter imperativo. Sua enorme vantagem reside no fato de poder não apenas reunir livremente os que trabalham e estudam, mas assegurar a maioria estudantil em suas decisões. Ora, se na assembleia escolar cada cabeça é um voto, os estudantes logo se imporão nas decisões mais importantes pelo seu número. Nada mais justo para o segmento que (instintivamente) mais encarna a defesa da escola pública contra os ataques vindos dos governos. Eis aí, portanto, a essência do que chamaremos poder estudantil.

Combater a superexploração e o desemprego jovem. Por lazer, esporte e cultura a todos!

A juventude proletarizada que mora nas periferias das grandes cidades e a juventude camponesa que mora no campo e pequenas cidades do interior são vítimas da burguesia no que pese ao acesso à escola e emprego. O desemprego jovem é sempre o mais acentuado. Quando os jovens encontram-se em idade de trabalhar, portanto quando suas potencialidade físicas e intelectuais se manifestam, a burguesia os utiliza para os trabalhos mais precários, subempregando uns e deixando desempregada a maioria. É comum nas escolas os jovens terem de trabalhar durante o dia para ajudar no sustento da casa. À noite quando vão para a escola, de tão esgotados não tem rendimento algum. Outra grande parcela que cresce velozmente não encontra emprego e lança-se cedo na marginalidade. Tudo isso reflete-se no interior da escola. Os níveis de violência, assaltos, assassinatos de jovens e consumo de drogas só aumenta. A juventude revolucionária e organizada não pode ficar apenas lamentando o avanço da barbárie capitalista, precisa responder a este problema com a defesa do emprego à juventude. Que nenhum jovem fique sem trabalho! Que todo jovem fique 4 horas no trabalho e 4 horas na escola! A bandeira de nenhum jovem sem trabalho e de limite de 4 horas na produção reponde não apenas ao problema da crescente violência e destruição física de uma parte da juventude nas ruas com drogas e chacinas. Serve à luta contra a mutilação e superexploração dos que encontram trabalho sob as engrenagens impiedosas do capital. Assim, contrapondo-se à jornada de 8h, às vezes 10h, imposta aos jovens que lhes tira a possibilidade do estudo, respondemos com a bandeira de limite de 4 horas no trabalho como forma de preservar as condições para sua aprendizagem.

Não é casual que as condições de vidas dos jovens, sob o regime burguês de produção, os lancem na violência e no consumo de entorpecentes. Além da miséria e do desemprego a que são submetidos, da destruição da escola e da

moradia indigna, não tem qualquer acesso a lazer, esporte e cultura. Os bairros pobres da periferia que carecem até do mais elementar (escolas, postos de saúde etc) são uma negação em matéria de equipamentos de lazer e prática esportiva. Uma simples praça é muitas vezes um achado raro. Não há cinema, clubes, teatros, quadras poliesportivas disponibilizados para a juventude, que quando pretende fazer uso deles tem de deslocar-se por dezenas de quilômetros até os bairros ricos da cidade, pagando uma passagem cara. Costumamos dizer que se a burguesia é incapaz de dar aos explorados o acesso à cultura no seu bairro então que implemente o passe livre para estudantes e desempregados no transporte coletivo!

A meia entrada nos cinemas, shows e outros eventos, tem sido apresentada pelos governos burgueses como uma grande medida de acesso à cultura voltada para a juventude pobre e pequeno burguesa. A meia entrada, que não caiu do céu, mas foi resultado da luta dos estudantes contra a burguesia, garante o acesso apenas a uma minoria que tem condições de pagar uma entrada subsidiada (a grande maioria sequer o tem) e ainda assim é constantemente desrespeitada e atacada pela burguesia, ameaçada pela crise cada vez mais infernal de seu sistema. Nestas condições, a juventude operária e camponesa tem de exigir o passe livre também para estas atividades culturais. Passe livre para estudantes e desempregados em cinema, shows, estádios de futebol! Não pode haver outra bandeira mais consequente na luta por acesso à cultura aos jovens e estudantes pobres.

III Parte

Breve história do socialismo

Movimento operário e revolução industrial: o desenvolvimento capitalista e a luta por sua superação

Antes de falarmos do movimento socialista é preciso falar do movimento operário, sem o qual não podemos entendê-lo. O que era tal movimento? Como surgiu e o que pretendia? Para responder a estas perguntas vamos recuar na história



e tentar entender a grande transformação por que passou a Europa (na época, a região mais desenvolvida do planeta e centro da produção e comércio mundiais) com a revolução industrial.

A revolução industrial foi um processo de grande transformação na produção da riqueza. Com a revolução industrial vieram as máquinas e, com elas, um aumento da produção e o maior desenvolvimento social. Antes das má-

quinas, a produção das mercadorias como sapatos, roupas e armas eram feitas de maneira artesanal ou manufatureira. No processo artesanal, um artesão trabalhava basicamente sozinho. Ele fazia todo o produto e obviamente demorava dias para produzi-lo. Preparava-o do início ao fim. Se tivesse de fazer um sapato teria de preparar o couro, curti-lo (secar ao sol), depois cortá-lo com molde, costurá-lo, pregá-lo, colá-lo e pintá-lo até ficar pronto para ser usado. O artesão percorre todas as etapas da produção, o que lhe dá um conhecimento (um domínio da técnica de produção) que só ele conhece e passará a quem quiser. Ele é o dono, proprietário, dos meios de que dispõe para produzir a riqueza (as ferramentas e a matéria prima). Ele é, por fim, o proprietário do produto fabricado. Ele é dono do sapato e da renda que advier com sua venda.



Com a introdução da máquina e o aparecimento das grandes fábricas esta demorada produção individual foi substituída, aos poucos, por uma produção em larga escala. O que antes o nosso pobre artesão levava 4 ou 5 dias para fazer, faz-se agora em algumas horas. A primeira máquina inventada e de grande repercussão foi a máquina a vapor (motor a vapor), que equipou de locomotivas a navios, tornando o transporte mais rápido. A fábrica, com suas máquinas, provocou uma transformação imensa na vida social. As fábricas se concentravam junto às cidades, que de pequenas foram crescendo até tornarem-se metrópoles. O crescimento de Londres e Paris foi assombroso. Milhares de pessoas eram levadas à cidade em busca de trabalho nas fábricas. Mas toda essa nova técnica (a invenção da máquina) não se fez por acaso. Ela atendia aos anseios cada vez maiores do mercado mundial. Muitos, em todas as partes e lugares buscavam produtos no mercado, que

se havia tornado mundial desde as grandes navegações e a colonização das Américas. Quando o mercado era local e não exigia muito, a produção artesanal era suficiente para satisfazê-lo, mas, com o avançar deste, era preciso que novos inventos pudessem ampliar e acelerar a produção para satisfazer a grande procura por mercadorias. Assim, podemos ver que a indústria moderna foi uma exigência do mercado mundial e só aos poucos foi destruindo, por meio da concorrência, os artesãos. Entre a produção artesanal e a industrial tivemos a manufatura como forma intermediária, onde pequenos capitalistas dirigiam a produção. Foi esta manufatura que evoluiu para as grandes fábricas. E isto se verificou na segunda metade do séc. XVIII, ou seja, a partir de 1750 e teve por centro a Inglaterra.

Com a revolução industrial e suas fábricas, as cidades da Europa ficaram povoadas de chaminés. Ferrovias corriam de um lugar para outro. As viagens intercontinentais se tornavam mais frequentes e rápidas com os navios movidos a vapor. Depois da Inglaterra, a indústria chegou à Bélgica, à França, à Alemanha, à Holanda e de lá a outros países ainda mais distantes como Japão e EUA. Porém a revolução industrial trouxe outra importante mudança: o desenvolvimento de uma burguesia industrial, a nova classe dominante que suplantou o domínio da nobreza latifundiária ligada ao primitivismo do campo. Além da burguesia, que a rigor já existia antes das máquinas, a revolução industrial deu origem a uma nova classe social, o proletariado, que era produto legítimo da grande indústria. Esta classe passou a ser a maior vítima da exploração industrial. Se o artesão era dono de suas ferramentas, o operário apenas era o dono de sua própria força de trabalho e recebia ao final do mês ou da semana um mísero salário em troca de seu suor. Se o artesão controlava as ferramentas e trabalhava no ritmo que queria, o oposto passava-se na indústria onde a máquina é que, inversamente, controlava o operário, que devia seguir seus movimentos frenéticos. Se o artesão tem o conhecimento completo do seu pequeno processo produtivo, o operário nada

sabe além do manuseio da sua máquina. O trabalho do operário torna-se embrutecedor; o produto por ele fabricado seja um fogão, seja um sapato, foge-lhe das mãos; é agora estranho a ele. Aliás, o produto por ele fabricado tem mais importância que ele, trabalhador. E ele só se sente livre fora do trabalho, em casa ou no bar. Na fábrica sente-se oprimido. Esta situação será definida, posteriormente, por Marx como a do Trabalho Alienado.



As condições de vida destes trabalhadores eram as piores possíveis. A Jornada média chegava a 15h por dia. Muitas crianças desde os sete anos ou menos trabalhavam em fábricas, minas de carvão e outros locais insalubres porque sua mão-de-obra era mais barata. As mulheres, pelo mesmo motivo, também foram cedo para as fábricas, substituir os homens. Nas fábricas, era comum haver acidentes com sérias mutilações. Operários que mal tinham como descansar perdiam dedos, braços ou mesmo a vida no trabalho. Era comum mulheres perderem seus filhos esmagados em engrenagens de grandes máquinas. Trabalhando por longas horas debaixo do solo, muitos mineiros morriam cedo, aos 30 anos mais ou menos, depois de adquirirem várias doenças respiratórias. Os salários aviltantes não custeavam nem alimentação satisfatória nem moradia digna. Viviam em casebres nos grandes bairros industriais, maltrapilhos e esfomeados. Após os anos de trabalho lhes aguardava uma sobrevivência de velhice desamparada, já que não havia qualquer tipo de seguridade social (aposentadoria, pensão). Muitos destes operários passaram a fazer greves por melhores condições de trabalho e de salário. Os patrões respondiam com corte de salários e demissões e o estado com a repressão policial. Os operários se organizavam em sindicatos clandestinos,

pois eram proibidos. Faziam caixa de ajuda mútua e fundo de greve para suportar a pressão econômica dos capitalistas. Várias greves terminaram derrotadas, mas muitas outras só encerraram após os patrões aceitarem as reivindicações dos trabalhadores. Aos poucos, com uma vitória aqui, outra ali, foram adquirindo consciência de sua força e de seus métodos de luta. Na Inglaterra eles formaram o primeiro partido operário: o Partido Cartista². Assim nasceu o movimento operário que reunia os trabalhadores em uma luta de classes contra os capitalistas.

*O socialismo anterior a Marx e Engels:
A visão romântica do mundo e a esperança
de saída na ação das classes cultas*

O anseio por uma sociedade igualitária, sem injustiças e livre da exploração do homem pelo homem já existia bem antes de Karl Marx. O Inglês Tomas Morus escreveu um livro em pleno século XVI intitulado *A Utopia*. Nele imaginava um país ideal sem exploração, sem propriedade privada e onde o dinheiro estava abolido. Tomas Morus acabou morto por ordem do rei britânico Henrique VIII. No início do século XVII, o italiano Tommaso Campanella escreveu *A Cidade do Sol*, onde descrevia um país hipotético que seria paradisíaco (para alguns, socialista) sem propriedade privada e sem família monogâmica. Muito tempo depois, quando a Revolução Francesa de 1789 derrubou o odioso regime opressor da França absolutista, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade conduziram multidões ao sonho de um mundo novo sem desigualdades e injustiças. Esse sonho, como se sabe, durou pouco. Pois a ala direita da burguesia, que começava a se tornar classe dominante no mundo e havia conclamado o povo a lutar contra a tirania do rei, traiu as massas e derrubou o poder popular dos jacobinos³. Durante esse período, coube a Grachus

² Tinha esse nome porque formulava suas reivindicações ao governo numa carta. Era dirigido por George Harney, James Leach dentre outros e editava, em Londres, o jornal *A estrela do Norte*. Fizeram grandes manifestações de rua no início dos anos 1840. Exigiam, entre outras coisas, direito de voto para os trabalhadores adultos.

³ O partido jacobino era um partido da pequena burguesia radical. Seus chefes eram Robespierre, Saint-Just, Marat entre outros. Esteve no poder de maio de

Babeuf organizar a luta contra os burgueses e defender a volta a um ideal socialista. Para ele, o socialismo seria uma pátria livre, sem opressores e onde o povo viveria em paz. Por meio da sua organização política chamada *Conspiração dos Iguais* lutou tenazmente contra os burgueses da França pós-revolucionária, mas acabou guilhotinado em 1797 pelo governo burguês do Diretório.

No início do século XIX, com a pobreza disseminada pela revolução industrial, destacaram-se os socialistas utópicos Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825). O primeiro inglês e os dois últimos franceses. Defendiam que a passagem a uma sociedade melhor era possível, mas sob a liderança dos intelectuais, dos chefes políticos da época e dos próprios burgueses. Para estes socialistas, a classe operária e os camponeses eram classes incultas e incapazes de dirigir alguma transformação social. Elas eram vistas apenas como classes que sofrem as mazelas da industrialização, sem capacidade de pensar nem de modificar sua triste situação. Estes socialistas denunciavam de modo implacável a devastação provocada pela grande indústria no povo. Chamavam a atenção para a miséria reinante nos bairros operários, seus casebres, suas ruas imundas e fétidas, para os baixos salários, a prostituição das jovens operárias, o analfabetismo adulto, a destruição do artesanato pela concorrência capitalista e alertavam que a busca incessante pelo lucro levaria a acumulação de riqueza num polo da sociedade e pobreza extrema no outro. Eles acreditavam ser possível persuadir os capitalistas da viabilidade de uma nova sociedade, a partir de exemplos e planos fantasiosos. Robert Owen tentou criar colônias em suas fábricas, que seriam como células desta nova sociedade. Gastou rios de dinheiro com seus projetos mirabolantes. Queria convencer a intelectuais, ricos, autoridades e até a

1793 a julho de 1794, quando a massa de trabalhadores urbanos - os 'sans culottes' - apoiavam a radicalização da revolução. Os jacobinos guilhotinaram o rei Luis XVI e sua mulher Maria Antonieta e proclamaram a I República francesa. Após sua queda o governo do Diretório foi formado com membros moderados da burguesia.

Igreja. Nenhum deles se sensibilizou. Os socialistas utópicos receberam este nome porque não fundavam sua ação na análise econômica e filosófica do mundo, mas em desejos e aspirações românticas. Não se propunham estudar com rigor a sociedade capitalista ou mesmo a história humana, nem a desvendar a origem das classes ou decifrar o enigma do lucro. Dessa forma não puderam perceber que a sociedade humana segue determinadas leis históricas e que, portanto, só é possível modificar o curso da sociedade se esta mudança se coaduna (se adéqua) a tais leis.

*O Socialismo Científico de Marx e Engels:
A exploração surge com as classes e terá fim
com o desaparecimento delas no Comunismo*

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) são os grandes nomes do socialismo científico. Antes deles, falar de socialismo era quase a mesma coisa que falar de um paraíso perdido, de uma utopia, de uma sociedade imaginária sem lutas, guerras e, sobretudo, sem a exploração econômica que caracterizou todas as sociedades até então existentes. Marx e Engels rompem radicalmente com os postulados (ideias) defendidas pelos socialistas utópicos. Para Marx e Engels era preciso estudar minuciosamente a realidade do capitalismo e da história do homem antes de apontar saídas. Fundaram sua teoria e suas ideias sobre uma rigorosa pesquisa e aprofundados estudos que revelaram as leis da sociedade. Seu socialismo era, pois, científico e (nas palavras de Engels) deveria ser tratado como tal, ou seja, estudado. Em 1848, escreveram juntos o célebre *Manifesto Comunista*, onde expuseram suas ideias e críticas ao modo de produção capitalista.

Para Marx e Engels, a sociedade divide-se em classes sociais que travam uma incessante luta entre si uma vez que tem interesses econômicos e sociais contrapostos. Algumas classes são dominantes, isto é, vivem de luxo e privilégios que só podem existir às custas da exploração da imensa maioria. Outras são dominadas e amargam uma profunda miséria e privação. Segundo Marx, a classe ex-

ploradora é, antes de tudo, detentora do poder econômico, ela é, portanto, a **classe economicamente dominante**, sem o qual não seria a dirigente da sociedade. A partir daí torna-se a **classe dominante politicamente**, que é quando se apodera do poder político e estatal (polícias, exército, tribunais, leis) e o utiliza para manter seu domínio e subjugar as demais classes. Por fim, torna-se também **classe dominante ideologicamente** (nas ideias) impondo o seu ponto de vista, sua moral, seus preconceitos a toda a sociedade.



Ao longo do desenvolvimento histórico, novas classes surgem e outras antigas desaparecem, mas a sociedade continua a subsistir dividida em classes antagônicas, opostas e em ininterrupto conflito: algumas, como dissemos, querendo manter sua dominação e outras se libertarem. Mas, afinal, de onde vieram estas classes sociais? Teriam elas sempre existido? E como seria possível suprimi-las? Entendia Marx que as classes sociais nem sempre existiram. Engels, em um livro intitulado *A Origem da família da propriedade privada e do Estado* procurou lançar alguma luz sobre este tema. Segundo os fundadores do socialismo científico, povos muito antigos ou primitivos, ainda no paleolítico (2 milhões a 12 mil AC.) e neolítico (12 mil a 6 mil AC.), há alguns milhares de anos antes da escrita não conheceram a divisão da sociedade em classes. Neles, portanto, não era possível encontrar ricos e pobres; alguns donos de mansões e palacetes e outros se acotovelando em casebres e favelas. Nem tampouco, era possível ver um estado com policiais e leis. A terra, fonte de riqueza era uma possessão da tribo, portanto, de todos. As formas de produzir a escassa riqueza (vestuário, utensílios e principalmente alimentos) por meio de caça, pesca, artesanato e agricultura primitiva eram coletivas. Os homens caçavam juntos e o que conseguiam obter distribuíam com

todos da tribo. As mulheres encarregadas da agricultura e das atividades de cozinha preparavam os alimentos para saciar a fome de todos. As forças produtivas da época (habilidade da caça e da cozinha, e os instrumentos como lanças, flechas, machado de bronze etc) eram tão primitivas que ninguém podia ser dispensado do trabalho. Nestas sociedades, para que os indivíduos pudessem sobreviver às rigorosas condições da natureza, temida e desconhecida, estavam todos obrigados a trabalhar, inclusive as crianças. A vida, afinal, não era boa. A produção de alimentos era tão baixa, tão mal se alimentavam os indivíduos que a mortalidade da população era elevada e ela, portanto, crescia muito lentamente ou ficava estacionária. Nesta sociedade primitiva não havia, portanto, classes sociais. E por uma razão bem simples: as forças produtivas eram tão rudimentares que não permitiam nenhuma diferenciação social. Apenas muito tempo depois, quando novas descobertas revolucionaram as forças produtivas (novas técnicas agrícolas, domesticação de animais, descoberta e uso de novos metais, como o ferro no lugar do bronze etc) e ocasionaram uma maior produção de riqueza (alimentos etc) é que a coisa começou a mudar. A sociedade passou a plantar mais e a colher mais. A safra aumentou. As pessoas comiam melhor (inclusive carne, advinda de uma atividade que crescia sem cessar: a pecuária) e estavam mais preparadas para as doenças. Como resultado, a mortalidade diminuiu e a população aumentou. Mas, as novas forças produtivas trouxeram também outras mudanças. Com o aumento da produção de riqueza surge pela primeira vez o EXCEDENTE, aquela parte da riqueza que sobrava e não era consumida pela tribo. Ela não só possibilitou o comércio e o contato entre tribos diferentes, interligando povos e aumentando o tamanho da sociedade, como ocasionou também um fenômeno muito interessante. Se sobravam alimentos isto significava que agora a luta pela sobrevivência já não era tão rigorosa como antes. Assim, pela primeira vez, aquela lei fundamental, segundo a qual a tribo não poderia dispensar o trabalho de ninguém, se

arrefeceu. Começavam a surgir, então, as condições para que uma diminuta camada da sociedade não trabalhasse e, portanto, vivesse do trabalho alheio. É interessante notar também que aquele desenvolvimento das forças produtivas no terreno da agricultura ao criar condições para poupar o trabalho fez nascer a propriedade privada no interior da tribo. Ora, se arar uma certa extensão de solo, plantar e colher era um trabalho que só um grande número de braços podia realizar, agora com novas técnicas podia ser realizado, embora numa gleba⁴ bem menor, por poucos braços familiares. Assim, um indivíduo e os seus parentes consanguíneos mais próximos, podiam dar conta da produção em um lote de terras à parte das terras comunitárias. E quando o comércio cresceu e a velha tribo destacou-se entre as demais em força e poder passou a subjugar as vizinhas. Uma excepcional destreza e força militar sempre levou, no curso da história humana, uma tribo especial a ir dominando uma por uma, suas rivais circunvizinhas. Os povos das tribos derrotadas forneceram os primeiros tributos e as primeiras levas de escravos da história. Os vencedores acumulando riquezas e terras iam tornando-se uma casta de oligarcas que administravam seus interesses comuns de classe dominante contra a vontade de uma maioria de escravos. Eis, portanto, a mais comum das formas de nascimento das classes e sua luta, segundo Marx.

Ainda conforme ele, a humanidade passou por vários estágios sociais, cada um deles com uma forma particular de produzir riqueza. Ao homem primitivo com sua sociedade igualitária sucedeu o senhor de escravos e sua sociedade escravagista (a exemplo de Roma e Grécia). Ao regime escravista de produção, sucedeu o regime feudal com seus nobres proprietários de terras em luta perpétua contra os vilões (camponeses livres) e servos da gleba (camponeses escravizados). A esta sociedade feudal, por sua vez, sucedeu a moderna sociedade capitalista opondo, de um lado o burguês e de outro o proletariado industrial. Quando

4 Gleba: pequeno lote de terra

esta luta de classes terminaria? Para Marx e Engels, apenas quando as forças produtivas sociais alcançassem um elevadíssimo estágio de desenvolvimento, o que já ocorre sob o capitalismo. É que apenas des-



sa forma a divisão da sociedade em classes deixaria de ser uma NECESSIDADE e tornar-se-ia algo SUPÉRFLUO. Como assim? Quando não há forças produtivas avançadas, mas primitivas e arcaicas, a única forma possível de se elevar o nível de vida de uma camada da sociedade (desobrigação do trabalho pesado, gozo e usufruto de bens e serviços em abundância, acesso à boa alimentação, moradia e lazer) é privando a grande maioria do acesso a esta escassa riqueza. Só assim é possível que ela exista para alguns (classe dominante), quando deixa de existir para a imensa maioria (classes exploradas). Em outras palavras, só a exploração mais despudorada e brutal das grandes massas organizadas e centralizadas para o trabalho sob a direção da classe dominante é que poderia assegurar o desenvolvimento das forças produtiva (produção de riqueza) e por tabela, garantir a uma minoria condições de vida privilegiada. Podemos dizer, outrossim, que nestas condições, a existência da classe dominante era algo, absolutamente, necessário. Expliquemos melhor. Se acaso houvesse uma vitória dos explorados numa sociedade onde as forças produtivas são ainda muito atrasadas (suponhamos o Egito Antigo ou o Império Carolíngio no século X) não seria possível estabelecer o socialismo. E por quê? Porque a riqueza pouco desenvolvida, só seria suficiente para garantir um bom nível de vida à minoria. Se a revolução social de que falamos acima destruísse a classe dominante e, em nome do socialismo e da igualdade, procedesse a uma repartição da riqueza entre todos, o *máximo* resultado a que chegaria seria o da distribuição da miséria. E se isso fosse fei-

to, teríamos, mais cedo ou mais tarde, o ressurgimento das classes sociais, pois se ninguém possui privilégios e a vida ainda continua ruim e desconfortável, é natural que renasça a velha luta de todos contra todos em busca de melhores condições de existência. E quando uns conseguirem, às custas da privação de outros, este melhoramento de sua vida, o que teremos? O reaparecimento de uma classe dominante!! Eis a razão de dizermos que, nestes sistemas econômicos, a existência de uma classe dominante era uma NECESSIDADE histórica e a luta pelo socialismo, então, uma utopia. Lembremos que esta era a situação de todas as sociedades anteriores ao capitalismo. Mas o que vale para elas não vale para este último. Como já afirmamos acima, as forças produtivas alcançaram um patamar extraordinariamente fantástico de desenvolvimento sob o regime burguês de produção. A riqueza produzida no seio da sociedade burguesa é tão grande que desde certo tempo atrás já permite a realização do socialismo. A existência da classe dominante no capitalismo não é mais uma necessidade, mas um peso para o desenvolvimento da economia; ela é totalmente dispensável. É tão grande o manancial de riqueza no capitalismo que a classe dominante não tem mais necessidade de suprimir os meios de vida da imensa maioria para poder gozar uma existência melhor. Ao continuar suprimindo os meios de vida desta maioria, em seu nome e para sua acumulação, o que faz não é, como antes, garantir um elevado nível de vida, mas, simplesmente, concentrar uma super-riqueza completamente supérflua para seu bem-estar.

O capitalismo criou finalmente, as condições objetivas (materiais), para que a imensa maioria dos seres humanos liberte-se do trabalho embrutecedor e tenha não apenas acesso, mas pleno gozo dos bens de consumo. Isso quer dizer que, pela primeira vez na história do homem, o desenvolvimento da técnica e da indústria permitem libertar não uma minoria, mas as grandes massas do seu estreito modo de vida indigente e acabar com toda a diferenciação social, eliminando, definitivamente, a existência das

classes. É forçoso concluir, portanto que a superacumulação de uma super-riqueza nas mãos de uma minoria, cada dia mais ínfima; a contenção em suas mãos de toda essa imensa massa de riqueza social vai tornando-se algo sem qualquer sentido histórico, sem justificativa racional, ou seja, um completo anacronismo (contradição) e excrescência (algo estranho) no corpo social. A classe dominante tornou-se, como dissemos antes, supérflua. Anuncia-se dessa forma, uma nova época histórica onde, nas palavras de Marx, “os expropriadores serão expropriados”.

Para Marx e Engels, o capitalismo é a última sociedade baseada em conflitos de classes; as condições reais para a passagem ao socialismo, portanto, estão dadas. Mas, como efetivamente essa pas-



sagem ocorreria? Como seria essa transformação? Qual força social agiria para estabelecer esta nova sociedade? Ao contrário do que definiam os Socialistas Utópicos, Marx e Engels, acreditavam que caberia aos trabalhadores a liderança na transformação social. “*A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*” escreveram eles no Manifesto Comunista. O proletariado deveria lutar nas fábricas por suas reivindicações econômicas e contra a opressão burguesa (greves por melhores salários, condições dignas de trabalho, jornada de 8h etc), amadurecer sua consciência de classe, unir-se nacional e internacionalmente em poderosos organismos sindicais e num partido operário. Para que isso viesse a ocorrer, pensavam eles, seria preciso levar as ideias do socialismo científico ao encontro do movimento operário a fim de que obtivessem consciência de seu papel histórico. O proletariado ao conseguir o apoio das outras classes oprimidas da sociedade (camponeses e pequena burguesia arruinada) se lançaria à tomada do poder por meio da insurreição

armada. Esta revolução, a conquista do poder pelo proletariado, teria como finalidade expropriar (tomar) todas as indústrias, grandes fazendas, bancos e comércio das mãos dos capitalistas e colocá-las à serviço da libertação (emancipação) humana. A destruição da grande propriedade privada daria lugar à sociedade socialista e posteriormente ao comunismo, sociedade mais desenvolvida, onde as classes sociais, finalmente, desapareceriam. Apenas aí, segundo eles, a humanidade saltaria do reino da necessidade para o da liberdade.

O início do movimento socialista marxista



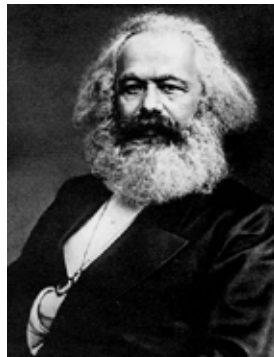
Conforme já indicamos, Marx e Engels viveram no século XIX. Nessa época o capitalismo estava bem implantado em algumas partes da Europa Ocidental, em especial na Inglaterra e França. Em outros lugares marchava ascendentemente sobre os restos do feudalismo como na

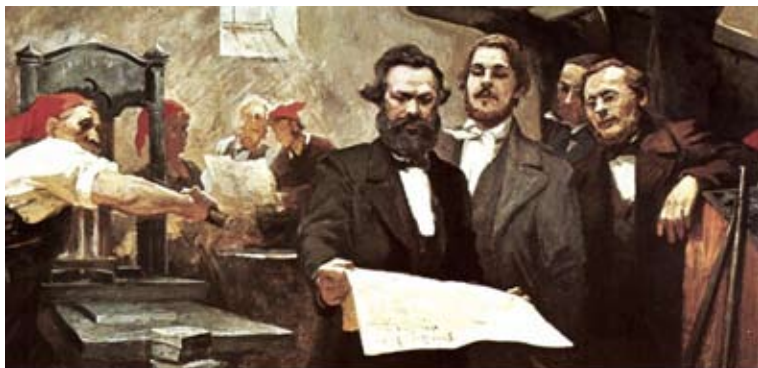
Itália, no Império Austro-húngaro e principalmente na Alemanha. Nestes últimos países, o capitalismo ainda estava em desenvolvimento. A burguesia, por conseguinte, ainda não era a classe dominante neles. O poder de Estado, como é sabido, pertencia a uma outra classe social, proprietária de terras e detentora de inúmeros privilégios: a nobreza latifundiária. Esta classe era inimiga mortal da burguesia e via nela uma concorrente ao poder. A força da burguesia crescia sem cessar com o desenvolvimento do capitalismo. Lembremos que a revolução industrial estava em plena marcha e se a economia crescia, se as indústrias prosperavam, se mais e mais mercadorias eram vendidas e se os lucros aumentavam vertiginosamente era natural que os ricos capitalistas se sentissem mais fortes e exigentes

quanto à participação no poder de Estado. A burguesia elaborou, então, um pensamento político exclusivo que entrou para a história com o nome de *Liberalismo*. Ele defendia o estabelecimento de leis e uma constituição, um parlamento com eleições regulares, liberdade de imprensa, o direito de livre associação e a independência dos 3 poderes do estado (executivo, legislativo e judiciário). O governo deveria, segundo os liberais, defender a propriedade privada, o lucro e o comércio, claro!

Em alguns países, a burguesia para derrotar seus adversários da nobreza, recorreu às armas e insuflou a massa do povo oprimido (camponeses e artesão urbanos) a lutar contra os reis e a morrer em nome do seu ideal. As revoluções francesa e inglesa foram exemplos desses acontecimentos e possibilitaram a substituição no poder da classe nobre pela burguesa. A essa mudança geral, damos o nome de Revolução Social que é quando uma classe substitui outra à frente do estado. No caso específico destas duas revoluções (a qual podemos agregar uma terceira, a estadunidense) as chamaremos de revoluções burguesas, porque levaram a burguesia ao poder. Uma vez lá, a burguesia finalmente tornou-se classe dominante e conservadora e passou a reprimir com violência as manifestações do próprio povo. Mas, isso foi há muito tempo atrás. A revolução francesa iniciou-se em 1789! E a inglesa encerrou-se no longínquo ano de 1688!

Os casos da Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, ao contrário, teriam que ser resolvidos em outra época bem distante daquela, no século XIX. Aqui a fraca burguesia desses países não vislumbrava a mesma saída empregada na França e na Inglaterra. Recorrer a uma revolução para derrubar a nobreza e chegar ao poder poderia ser um tanto perigoso. O perigo não estava, evidentemente, na força militar dos generais a serviço da nobreza,





mas na existência de uma classe social, o proletariado, que naqueles dois países, nos tempos em que a burguesia liderara sua revolução, não existia. O temor frente ao proletariado se justificava. O proletariado se fosse chamado a pegar em armas contra o velho regime da nobreza e incentivado a impulsionar uma revolução social, convocada pela burguesia, poderia sem maiores problemas, a certa altura do processo, tomar a dianteira da insurreição e empurrar as massas atrasadas do país a irem bem mais além do pretendido pelos chefes burgueses. Se o proletariado não depusesse as armas com a derrota da nobreza e quisesse marchar para seu próprio domínio de classe, trazendo atrás de si as massas camponesas e artesãos insatisfeitas, a fraca burguesia nada poderia fazer para defender seu regime econômico. A propriedade privada e o crescente capitalismo estariam, assim, seriamente ameaçados. Seria uma situação semelhante ao da velha lenda do feiticeiro que libertou poderes maiores do que podia controlar. Foi a previsão dessa tenebrosa possibilidade que levou a burguesia alemã a recusar a via revolucionária para chegar ao poder. Preferiu a chamada *via prussiana*, ou seja, gradual. Fundou jornais, financiou intelectuais, pediu liberdades democráticas e um parlamento eleito com voto censitário (voto apenas dos ricos e nobres).

Foi exatamente nesse período que começou a gestar-se uma nova teoria social, expressando o aparecimento de uma terceira e nova força social no cenário político, a

do proletariado. Esta teoria, que mais tarde será também chamada de marxismo, buscando fundir-se ao movimento operário daria início ao movimento socialista. Para entendê-lo melhor será preciso falar brevemente sobre seus fundadores. Karl Marx foi filho de um advogado judeu, nasceu em 1818, na cidade de Tréves. Frequentou as universidades de Bonn e Berlim, onde se interessou por filosofia. Seu mais íntimo colaborador e companheiro de batalha, Friedrich Engels, era filho de um burguês industrial e nasceu dois anos depois de Marx, em 1820, na cidadezinha de Barmen. Era poliglota, escreveu poemas, estudou história militar e desde de cedo teve de ajudar seu pai nos negócios familiares. Os dois se conheceram em Paris, nos círculos de exilados alemães, e ao longo de suas vidas mantiveram uma profunda amizade escrevendo inúmeras obras que revolucionaram o pensamento social.

Marx estudou direito, filosofia e economia. Leu autores como Hegel, Feuerbach, Smith, Ricardo e Proudhon. Fez uma síntese de várias concepções e acompanhou de perto o fascinante movimento do proletariado. Marx o via como a única classe revolucionária na sociedade moderna. Se esse proletariado, que crescia com o crescimento do capitalismo, que aumentava seu número com o aumento das fábricas, adquirisse consciência de sua força e de sua situação econômica e se se organizasse independentemente da burguesia num partido político próprio, conseguiria fatalmente tornar-se a classe dirigente da sociedade e acabaria com o domínio dos capitalistas. Dessa forma, Marx e Engels passaram a empregar todas as suas energias na constituição do proletariado como classe independente. Entre 1847 e 1852, impulsionaram um pequeno partido operário, a famosa *Liga dos Comunistas*, que congregava trabalhadores alemães e era alvo constante da polícia e autoridades governamentais.



Escreveram um programa político para esta organização, síntese de suas investigações econômicas e filosóficas: o *Manifesto Comunista*. Nele esboçavam uma nova visão de mundo baseada na concepção materialista da história. A trajetória do homem e da sociedade humana ao longo dos séculos como resultado da luta de classes; o nascimento do capitalismo e suas crises periódicas; a ascensão da burguesia e a mercantilização da moral, da arte e da ciência; a opressão da mulher; a submissão do campo à cidade e dos países atrasados aos avançados; o surgimento do proletariado como classe revolucionária; a crítica dos socialistas utópicos e a estratégia da revolução proletária como conquista da democracia pelos explorados.

Do lançamento do *Manifesto* até a morte de Engels em 1895, (Marx faleceria 12 anos antes, em 1883) o movimento operário protagonizaria dois grandes levantes revolucionários de massa e fundaria duas internacionais proletárias. As experiências com estes acontecimentos foram fundamentais para elaboração e a difusão do socialismo marxista. Vejamos rapidamente com isso tudo ocorreu.



Em 1848-1849, nos mais importantes países europeus (França, Itália, Bélgica, Alemanha, Áustria-Hungria etc) teve início uma profunda movimentação dos trabalhadores. A grave crise comercial e industrial de 1847 foi o seu detonador. A revolução começou na França com a queda do rei Luís Felipe, em fevereiro desse ano. A agitação operária em Paris, com greves e grandes passeatas de massa pedia pão e criticava o rei que favorecia os banqueiros. A França, que era uma monarquia, passou a ser uma república.

No lugar de Luís Felipe assumiu o poder uma junta com vários partidos burgueses. Nos demais países europeus, os operários seguiram os exemplos de Paris. Ocuparam ruas, levantaram barricadas, enfrentaram-se com tropas imperiais e se apoderaram de cidades inteiras. Era o início de uma revolução democrática no continente. Os governos monárquicos ficaram apavorados. Seu poder estava por um fio e tiveram de ceder às reivindicações de aprovação de constituição e liberdades democráticas. Na Alemanha, o imperador Frederico Guilherme IV, cedeu às pressões por um parlamento. Marx e Engels acreditavam que a hora do capitalismo havia chegado. Correram para a Alemanha para ajudar os trabalhadores na luta contra a nobreza prussiana. Marx, com a ajuda de Weydemeyer, fundou a *Nova Gazeta Renana*, jornal revolucionário editado em Colônia e Engels procurou organizar círculos revolucionários e milícias armadas. Em Paris, os operários voltando a se movimentar, marcharam rumo ao palácio do governo e ocuparam as ruas da capital com barricadas. Eles que já haviam derrubado um governo em fevereiro, decidiram acabar com um segundo: o governo provisório revolucionário (dominado pelos burgueses) e implantar um governo socialista. Seu movimento, porém, foi violentamente esmagado. A partir daí a revolução começou a perder força. Na Bélgica e na Áustria, os trabalhadores ainda lutaram contra a monarquia de armas na mão. Todo esse movimento, porém, não foi capaz de derrotar a burguesia e a nobreza aristocrática. O movimento operário ainda era fraco. Não estava centralizado em torno de um partido revolucionário e nem sequer possuía organizações sindicais de verdade. Ele não conseguiu ganhar o apoio dos camponeses pobres e ficou isolado. A burguesia e a nobreza, outrora inimigas, levantaram a cabeça após o susto, e aliaram-se para derrotar os insurretos. A revolução terminou com milhares de mortos, presos e uma grande derrota.

Depois do fracasso das revoluções de 1848-49, Marx e Engels foram refugiar-se na Inglaterra. Marx, que vivia com a mulher e filhos em Londres, se viu numa delicada

situação econômica. Conseguiu manter-se graças à prestativa e indispensável ajuda financeira de Engels. Já a Liga dos comunistas não resistiu e foi dissolvida. Marx, desde então, dedicou-se aos estudos e pesquisas. Escreveu, por estes anos, vários livros e brochuras: *As Lutas de classes na França*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, *Contribuição à Crítica da Economia Política* entre outros. Apesar do retrocesso com o fim da *Liga*, Marx e Engels lutavam por fortalecer no interior do movimento operário as ideias do socialismo científico, isto é, formar uma fração marxista. No movimento operário, todavia, haveriam de travar uma dura batalha ideológica contra várias outras correntes de pensamento como, por exemplo, a dos blanquistas, que liderados por Auguste Blanqui (1805-1881) acreditavam que o poder deveria ser conquistado com um golpe de Estado sem a participação das massas trabalhadoras desorganizadas e despreparadas militarmente. Ou a dos sindicalistas (trade-unionistas) que rejeitavam as ideias radicais sobre derrubada do capitalismo e preferiam uma luta pacífica por reformas e benefícios salariais. Ou ainda a corrente dos anarquistas que liderados por Mikhail Bakunin (1814-1876) apregoavam que a verdadeira fonte de violência e opressão advinha do Estado.

No início da década de 1860, o movimento operário recuperado de sua derrota voltou a atuar com força. Em 1864, fundou-se a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como a 1ª Internacional. Ela era uma associação de partidos e tendências políticas operárias que lutava pela supressão (destruição) do capitalismo no mundo inteiro, visto não ser possível construir o socialismo em um só país. Praticamente todos os matices do pensamento socialista estavam nela representadas. Realizou vários congressos, aprovou vários documentos importantes. Marx e Engels tiveram um papel de destaque nela. Marx foi eleito seu dirigente e redigiu para ela inúmeras proclamações e mensagens. Foi durante esse período também que Marx publicou o primeiro volume de sua obra máxima: *O Capital*, uma crítica avassaladora do regime

burguês e uma penetrante análise das leis econômicas do capitalismo. A AIT despertou na burguesia preocupação e ódio. Os jornais burgueses desencadearam uma furiosa campanha de calúnias.

Em 1871, como resultado da guerra franco-prussiana (captura de Napoleão III e nova queda da monarquia na França) teve início uma situação revolucionária em Paris. As massas trabalhadoras, ante a possível assinatura de uma rendição por parte



do novo governo (republicano) francês comandado por Thiers, começaram a agitar-se. Em virtude da insistência do governo em assinar a rendição, ocorreu um levante da Guarda Nacional, composta por operários armados, que proclama a Comuna de Paris, o primeiro governo operário da história. A Comuna duraria de 18 de março de 1871 a 28 de maio deste mesmo ano. Ela reduziu a jornada de trabalho, aboliu o trabalho noturno, separou a Igreja do Estado, instituiu a igualdade dos sexos, expropriou imóveis concedendo-os aos desabrigados e elegeu os representantes do Comitê Central da Federação dos bairros, órgão de



poder da Comuna. O governo burguês de Thiers fugiu da cidade e restabeleceu-se em Versailles onde assinou uma paz humilhante com a Prússia e concertou um acordo com o governo alemão de Guilherme I e Bismarck. Como resultado, Thiers reuniu 100 mil soldados entre ex-prisioneiros libertos pelos alemães especialmente para esmagar a Comuna. As milícias armadas de Paris não puderam conter a força militar conjunta dos governos burgueses da França e da Prússia, e mais de 20 mil insurgentes foram massacrados. A queda da Comuna teve consequências negativas para o movimento operário. A AIT que apoiou os *communards* franceses (assim eram chamados os revolucionários da Comuna) foi duramente perseguida e atacada pela burguesia; perdeu força e finalmente dissolveu-se em 1876.

Apesar da dissolução da AIT o movimento socialista começava a crescer com força cada vez maior. Em vários países, durante esse período e nos anos seguintes, os marxistas conseguiram fundar partidos operários socialistas a exemplo do Partido Socialdemocrata Alemão, Partido Socialista Francês entre outros, que em 1889 culminariam na fundação da 2ª Internacional.

Glossário

Babeuf, Gracus (1760-1797). Jornalista e revolucionário francês de nome François Noël Babeuf. De infância pobre, cresceu em Picardia, região norte da França. Foi empregado doméstico e pedreiro antes de ser correspondente do jornal inglês Correio da Europa. Escreveu *Cadastro perpétuo*, livro que lhe deu certa notoriedade. No início da Revolução francesa de 1789 escreveu reivindicações populares para a Assembléia dos Estados Gerais. Rompeu com o catolicismo e pediu a abolição dos direitos feudais. Preso em 1790, foi libertado graças ao influente revolucionário jacobino Marat. Foi preso novamente, em 1791, após fundar um jornal revolucionário e opor-se ao voto censitário. Em Paris, foi partidário dos jacobinos contra os girondinos. Após a derrubada do governo de Roberpierre, Babeuf fundou vários jornais (A Tribuna do Povo, O iluminador do povo) e assumiu o nome de Gracus - em referência aos irmãos Gracus que na Roma Antiga lutavam por reformas sociais. Fundou a Sociedade dos Iguais e ganhou apoio entre os trabalhadores pobres de Paris. Defendeu a coletivização das terras e pronunciou discursos radicais contra o governo. Preso, foi acusado de uma falsa conspiração e executado com mais 30 de seus seguidores.

Bakunin. Mikhail (1814-1876). Revolucionário russo, um dos fundadores do anarquismo. Contemporâneo de Marx, viveu em Paris, e foi adepto das ideias de Proudhon. Bakhunin tornou-se crítico do marxismo. Ao contrário de Marx e Engels suas análises da sociedade burguesa e do estado não são científicas. Combateu a estratégia da ditadura do proletariado. Seu socialismo, a anarquia coletivista, pregava a supressão imediata do estado. Participou com Marx da AIT, sendo expulso desta, em 1872, por manter uma organização internacional à parte, dentro da AIT.

Bismark, Otto Leopold E. Von (1865-1898). Conde, príncipe e depois Duque alemão. Foi diplomata e político prussiano responsável pela unifica-

ção alemã. Escolhido Chanceler (primeiro-ministro) alemão pelo rei prussiano Guilherme I, empenhou-se no nacionalismo e no militarismo para unificar os estados alemães. Provocou guerras contra a Dinamarca, Áustria e a França. Entre 1878 e 1890 perseguiu ferozmente os revolucionários socialistas por meio da lei de exceção contra o partido socialdemocrata alemão. Para diminuir o descontentamento operário com seu governo instituiu o sistema de previdência social. Por divergências com o Kaiser, demitiu-se do cargo em 1890.

Blanqui, Auguste (1805-1881). Foi um revolucionário francês, nascido em Paris e preso pelo menos uma dezena de vezes por suas ações conspirativas contra a monarquia francesa. Blanqui participou de inúmeras sociedades secretas e defendia que a revolução que traria o comunismo deveria ser feita por uma minoria do movimento, bem disciplinada e organizada numa associação secreta. Blanqui foi, talvez o primeiro defensor da ideia de revolução como um golpe de estado.

Campanella, Tomasso (1568-1639). Filósofo, poeta e teólogo renascentista italiano. Nasceu em Stignano, na Calábria, sul da Itália. Escreveu *A cidade do sol* em 1623. Preso diversas vezes sob acusação de heresia e conspiração, fugiu para a França em 1634. Deixou inúmeros escritos sobre gramática, retórica, política e medicina.

Engels, Friedrich (1820-1895). Revolucionário alemão, amigo e colaborador de Marx. Fundador, ao lado deste, da doutrina do socialismo científico. Escreveu com ele o célebre *Manifesto Comunista*, além de *A Sagrada Família* e *A Ideologia Alemã*. Partidário da Liga dos Comunistas, atuou na revolução alemã de 1848-1849. Escreveu ainda *A origem da família da propriedade privada e do estado* e *Anti-Düring*. Foi integrante da AIT e mais tarde participou da fundação da II Internacional.

Fernando Henrique Cardoso (1931-). Chamado popularmente FHC, foi um dos líderes e fundadores do PSDB, partido burguês neoliberal. Ex-Senador pelo PMDB, partido burguês herdeiro do MDB (movimento democrático brasileiro). Foi presidente do Brasil entre os anos 1994 e 2001. Responsável pelo plano de estabilização monetária que criou uma nova moeda, o Real. Aplicou inúmeras medidas neoliberais, como privatização de companhias estatais, abertura do mercado, desregulamentação de serviços etc que levaram o país a quebrar em 1998. Na educação, introduziu um conjunto de reformas como PNE (Plano Nacional da Educação), o Plano Decenal, a LDB (lei de diretrizes e bases da educação nacional) entre outras.

Feuerbach, Ludwig (1804-1872). Filósofo alemão contemporâneo de Marx. O primeiro a submeter à crítica o sistema de Hegel. Escreveu *A essência do Cristianismo* e *Princípios da filosofia do futuro*.

Fourier, Charles (1772-1837). Socialista utópico francês, crítico do capitalismo e sua exploração sobre trabalhadores, mulheres e crianças. Nascido em Besançon escreveu contra o industrialismo, o comércio e a civilização urbana. Era igualmente crítico do casamento (matrimônio) e da monogamia.

Defensor da igualdade entre homens e mulheres antes mesmo do aparecimento do feminismo. É dele a frase “*o grau de emancipação das mulheres em uma sociedade é o termômetro através do qual se mede a emancipação geral*”. Atacava a moral cristã e defendia a vida em comunidades chamadas falanstérios, onde as pessoas poderiam entregar-se livremente a todos os seus desejos e paixões. Estes falanstérios trabalhariam em sistema de cooperativas. Fourier pretendia convencer os capitalistas a financiar sua construção, em troca de algum lucro, mas seu projeto não interessou a nenhum burguês.

Guilherme I (1797-1888). De nome Guilherme Frederico Luís de Hohenzollern, foi Rei da Prússia e primeiro Kaiser (Imperador) da Alemanha unificada. Governou de 1861 até sua morte em 1888, sucedendo seu irmão Frederico Guilherme IV, que era o Rei da Prússia. As três guerras que ele motivou (contra a Dinamarca, contra a Áustria e outra contra a França) possibilitaram a unificação dos estados alemães em um império centralizado. Numa clara intenção de humilhar os franceses, anexou os territórios da Alsácia-Lorena à Alemanha e fez-se coroar Kaiser, no próprio Palácio de Versailles, em Paris, após a vitória contra o exército de Napoleão III.

Hegel, George Willhelm Friedrich (1770-1831). Filósofo idealista alemão nascido em 1770 e falecido em 1831 de cólera. Hegel, professor da universidade de Berlim, foi um dos mais importantes teóricos de todos os tempos. Criador de um complexo sistema filosófico baseado em uma evolução dialética do real. Autor de obras primorosas como *Fenomenologia do Espírito* e *Ciência da Lógica*. A sua análise dialética, embora idealista, serviu à Marx para a estruturação de seu método materialista.

Lênin, Vladimir (1870-1924). Pseudônimo de Vladimir Ilitch Ulianov. Revolucionário russo, nascido em Simbirsk. Formou-se advogado pela universidade de São Petersburgo. Fundador do grupo Emancipação do Trabalho e mais tarde do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). Foi o líder de sua ala esquerda, bolchevique, combatendo a ala oportunista deste partido chamada menchevique. Preso, escreveu *Que Fazer?*, obra fundamental para a teoria do partido revolucionário; polemizou, no exílio, com Kautsky e escreveu, em meio à Primeira Guerra Mundial, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, demonstrando que a fase monopolista do capitalismo seria de decadência, com guerras, revoluções e contrarrevoluções. Após a queda do czarismo com a vitória da revolução de fevereiro, voltou à Rússia e dirigiu a Revolução de Outubro de 1917 que levou os bolcheviques ao poder e implantou o primeiro Estado operário da história, a URSS. Escreveu ainda *O Estado e a Revolução* e *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Fundou, em março de 1919, ao lado de Trotsky, a Internacional Comunista, para impulsionar a revolução proletária mundial.

Lula, Luís Inácio da Silva (1945 -). Ex-metalúrgico e líder operário pernambucano, radicado em São Paulo. Projetou-se nacionalmente à frente das monumentais greves metalúrgicas do ABC paulista nos anos finais da ditadura militar brasileira. Fundador do PT, Partido dos Trabalhadores, em 1979,

partido operário por sua composição e pequeno-burguês por sua política, passou a capitalizar o apoio de amplas massas de operários e camponeses do país com a crise da economia brasileira. Eleito presidente da República, em 2001, montou um governo burguês serviçal de banqueiros e latifundiários. Manteve, com algumas variações, a política de estabilização monetária de FHC e o arrocho salarial sobre os trabalhadores. Sua política educacional seguiu as mesmas diretrizes das de FHC, ditadas pelo Banco Mundial.

Marx, Karl (1818-1883). Revolucionário alemão e companheiro de ideias de Engels. Marx foi um dos maiores pensadores de todos os tempos e suas descobertas no campo da economia, filosofia e política revolucionaram diversas áreas do conhecimento humano. Marx foi, ao lado de Engels, fundador da doutrina do socialismo científico e ativo militante pela causa revolucionária do proletariado. Fundou a Liga dos Comunistas, foi cofundador da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e sua principal liderança. Escreveu com Engels o *Manifesto Comunista* e fundou a concepção materialista da história. Combateu todas as vertentes de pensamento estranhas à classe operária e defendeu a estratégia da ditadura do proletariado. Escreveu, em 1867, *O Capital*, sua obra máxima, que revela as leis de funcionamento do capitalismo e suas profundas contradições intrínsecas. Morreu em Londres, aos 65 anos, depois de uma vida inteira dedicada à causa da emancipação dos explorados.

Morus, Thomas (1478-1535). Advogado e escritor inglês, canonizado santo católico em 1935. Frequentador da corte de Henrique VIII, foi homem de estado, exercendo vários cargos públicos entre 1510-1532. Escreveu *Utopia* em 1516, cujo título vem do grego *utopos* e significa lugar nenhum. Foi preso e posteriormente condenado à morte por recusar o juramento de Henrique VIII como chefe dos cristãos ingleses.

Napoleão III (1808-1873). Nascido Carlos Luís Napoleão Bonaparte era sobrinho de Napoleão Bonaparte, o famoso general e imperador francês. Foi deputado pelo Partido da Ordem, ganhou apoio dos setores conservadores alarmados com o movimento operário e socialista. Nas eleições presidenciais de dezembro de 1848 concorreu com o General Eugène Cavagnac, odiado pelo povo por reprimir com violência o levante operário de junho de 1848. O partido da Ordem que temia Cavagnac, por ser ele republicano apoiou o aventureiro Luís Bonaparte, cujo sobrenome era respeitado por milhões de franceses. Os operários o apoiaram por repudiarem o General Cavagnac e os camponeses pela lembrança do tio que os concedeu terras. Eleito presidente da França em dezembro de 1848 deu um golpe de estado em 2 de dezembro de 1851 e tornou-se imperador. Os problemas econômicos e militares levaram a entrar em guerra com a Prússia. Capturado em Sedan, assinou a rendição. Em Paris, a Assembleia Nacional votou sua deposição e a proclamação da República. Detido algum tempo em Kasel, na Alemanha, foi liberto de onde seguiu para o exílio na Inglaterra. Faleceu aí em 1873.

Owen, Robert (1771-1858). Socialista Utópico inglês, reformador social

e um dos pais do cooperativismo. Proprietário de indústrias têxteis em New Lannark, Escócia, introduziu a jornada de 10 horas quando o comum eram 14h a 16h no restante da Europa. Construiu jardins de infância, escola e casas para seus operários. Em 1817, evoluiu do assistencialismo à crítica do capitalismo. Propôs ao governo e aos demais capitalistas uma profunda transformação no sistema industrial ao que foi mal recebido pelos grupos burgueses e conservadores. Perseguido na Inglaterra, mudou-se para os EUA onde tentou construir uma sociedade modelo numa colônia cooperativista chamada New Harmony (nova harmonia). Após o fracasso de seu projeto, voltou à Inglaterra onde morreu aos 87 anos.

Proudon, Pierre-Joseph (1809-1865). Militante francês, defensor do sistema de mutualismo (associação para ajuda mútua) entre os operários parisienses. Escreveu inúmeras obras como *O que é a propriedade* e *A filosofia da miséria*. Esta última, alvo de uma impiedosa crítica de Marx em 1846. Adversário encarniçado do socialismo científico combatia a ideia de greve e até de revolução e estatização dos meios de produção. Seus seguidores participaram da fundação da AIT

Ricardo, David (1772-1823). Um dos maiores economistas de todos os tempos. Nasceu em Londres e apoiou-se na obra de Adam Smith para elaborar sua teoria do valor-trabalho, segundo a qual o preço de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que ela contém. Sua principal obra são os *Princípios da Economia Política e Tributação*, escrito em 1817.

Saint-Simon, Claude Henri de Rouvroy (1760-1825). Foi um filósofo e economista francês, comumente identificado como um socialista utópico, embora seu pensamento mais se aproxime do liberalismo burguês. Nascido em Paris, de família aristocrática, era mais conhecido como Conde de Saint-Simon. Era, ao contrário de Fourier, entusiasta da industrialização. Participou da guerra de independência americana e da revolução francesa sendo mantido preso no governo de Robespierre. Percebeu que os conflitos de classe estavam relacionados com a economia. Escreveu *Do sistema industrial* e *O Novo Cristianismo*, livro em que prega que a razão deve substituir o cristianismo como nova religião. O pensamento de Saint-Simon é muitas vezes contraditório. Se por um lado defende o coletivismo industrial e o fim da exploração do homem pelo homem, por outro é defensor de uma rígida hierarquia social, com os cientistas, engenheiros, artistas e diretores industriais no topo da sociedade. Nunca participou nos movimentos de massa.

Smith, Adam (1723-1790). Escocês e um dos mais importantes economistas da história. Frequentou as universidades de Glasgow e Oxford. É apontado como pai do liberalismo econômico. Conservador e monarquista foi autor de obras consagradas como *A riqueza das Nações* e *a Teoria dos sentimentos morais*. Suas investigações econômicas foram fundamentais para Marx elaborar a sua crítica da economia política.

Stálin, Josef Vissarionovitch (1879-1953). Secretário Geral do Partido Comunista Russo (bolchevique), e máximo ditador da URSS, até sua morte.

Um dos dirigentes do partido bolchevique em 1917. Secretário de nacionalidades do primeiro governo soviético. Após a morte de Lênin, encabeçou uma poderosa corrente burocratizadora do Partido Comunista, responsável pela degeneração da URSS. Abandonou o marxismo e advogou o socialismo em um só país, assim como a coexistência pacífica com o imperialismo. Destruuiu a Internacional Comunista, que trabalhava pela revolução mundial. Perseguiu e foi o mandante do assassinato de milhares de autênticos revolucionários comunistas (trotskistas) que resistiam à traição do ideal de Lênin e da Revolução de Outubro. A burocratização da União Soviética, por ele impulsionada, levaria décadas mais tarde, em 1991 ao colapso da URSS e à restauração do capitalismo.

Thiers, Luís Adolphe (1797-1877). Historiador e político francês. Primeiro-ministro francês sob o reinado de Luís Felipe I. Com a captura de Napoleão III, em Sedan, e a proclamação da III República pela Assembleia Nacional, foi eleito presidente do país. Sua negociação com a Alemanha, em torno da rendição, levou a população de capital francesa a tomar o poder e proclamar a Comuna de Paris. Foi o responsável pelo massacre de dezenas de milhares de trabalhadores da Comuna.

Trotsky, Lev Davidovitch (1879-1940). Revolucionário ucraniano e teórico da revolução permanente. Colaborador de Lênin e um dos líderes da Revolução Russa de 1917, que derrubou Kerensky e levou os bolcheviques ao poder. Assumiu funções de máxima responsabilidade no governo revolucionário. Comissário do Povo para assuntos exteriores da república soviética, em 1918, assinou o tratado de paz de Brest-Litovsky com a Alemanha. Nomeado Comissário da Guerra, fundou o Exército Vermelho e comandou a vitoriosa guerra civil contra a burguesia e os exércitos contrarrevolucionários 'brancos' que ameaçavam derrubar o poder soviético na Rússia. Fundador, ao lado de Lênin, da III Internacional. Após a morte deste, em 1924, liderou a Oposição de Esquerda na luta contra a burocratização do estado soviético e do Partido Comunista, empreendidas pela fração de Josef Stálin. Derrotado, foi expulso do partido, em 1927, e da URSS, em 1929. No exílio, escreveu *Minha Vida*, *A História da Revolução Russa*, *A Revolução Traída* e *Em defesa do marxismo*. Defendeu a derrubada da burocracia stalinista por meio da revolução política para trazer a URSS de volta à perspectiva socialista. Fundou a IV Internacional, em 1938, para preservar o marxismo e dar continuidade à luta revolucionária, abandonada e combatida por Stálin.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org
